

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EXECUTIVOS
AMPLA PARTICIPAÇÃO

PROCESSO ELETRÔNICO nº: 202600047001183

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: Prestação de serviços de locação de veículos executivos, dos tipos sedan e utilitário esportivo (SUV), sem fornecimento de motorista e sem combustível.

DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO: 26/06/2026 às 09:00 h - Horário de Brasília

LOCAL: Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG: 925400

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP – 74.674-015, por intermédio do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, instituídos pela **Portaria nº 729/2025**, tornam público o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026**, processo eletrônico nº **202600047001183** sob critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, licitação que será regida pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas e a IN 73/2022, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações, e demais exigências deste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio de Sistema Eletrônico, acessado por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

I - Início de acolhimento de propostas:
12/06/2026 às 08h00min – Horário de Brasília;

II – Limite de acolhimento de propostas:
26/06/2026 às 08h59min – Horário de Brasília;

III – Data e hora do Pregão:
26/06/2026 às 09h00min – Horário de Brasília.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local (endereço eletrônico) estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a prestação de serviços de locação de veículos executivos, dos tipos sedan e utilitário esportivo (SUV), sem fornecimento de motorista e sem combustível, destinados ao atendimento das demandas de deslocamento dos membros deste Tribunal, quando no exercício de suas competências constitucionais e institucionais, conforme especificado no Termo de Referência, e a seguir resumidas.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
1	<ul style="list-style-type: none">• Tipo: SUV (Sport Utility Vehicle);• Capacidade: 05 (cinco) ocupantes;• Condição: veículos novos (zero quilômetro);• Ano/modelo: o mais recente disponível no mercado na data da entrega.	un	5
2	<ul style="list-style-type: none">• Tipo: veículo sedan executivo;• capacidade para 05 (cinco) ocupantes;• veículos novos (zero quilômetro);• ano/modelo correspondente à versão mais recente disponível no mercado na data da entrega.	un	4

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações e quantidades deste objeto descritas no Edital e as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Estudo Técnico Preliminar.

Anexo II: Mapa de Riscos.

Anexo III: Termo de Referência.

Anexo IV: Orçamento Estimativo.

Anexo V: Minuta de Contrato.

Anexo VI: Modelo de Proposta de Preços.

Anexo VII: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação.

Anexo VIII: Modelo de Declaração de não empregar menor.



Anexo IX: Modelo de Declaração de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno porte-EPP e de não celebração de contratos com a administração que extrapolem o limite de enquadramento.

Anexo X: Modelo de Declaração que não possui parentesco.

Anexo XI: Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

Anexo XII: Declaração de Proposta Integral, englobados os direitos trabalhistas.

Anexo XIII: Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social e aprendiz.

Anexo XIV: Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

2.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e divulgará as respostas, que vincularão os participantes e a Administração, no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e na plataforma em que será realizada a licitação.

2.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: licitacoes@tce.go.gov.br.

2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação, será oportunamente definida e publicada nova data para a realização do certame.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



3.1.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. Não poderão participar deste pregão:

3.2.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.2.2. Entidades empresariais cujo sócio, ou, no caso de sociedades anônimas, cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo do Anexo X deste Edital.

3.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.5. Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação.

3.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.2.8 O impedimento de que trata o item 3.2.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que



devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.9 Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, considerando que o objeto não apresenta complexidade técnica ou vulto que justifiquem a formação de associação empresarial, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar uma única proposta de preços.

3.3.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

3.4. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas por este Tribunal, sujeitando o licitante às penalidades da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao TCE-GO poderá ser elegível para participar deste processo licitatório.

3.6. A aplicação do governo federal, denominada “Compras.gov” (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), será a provedora do Sistema Eletrônico em que será processado este Pregão.

3.7. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.9. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1. A disputa deste certame é aberta a quaisquer empresas que preencham as condições previstas no presente edital e Termo de Referência anexo.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o

agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.3. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela Lei Estadual nº 17.928/2012 deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico, a sua condição de ME ou EPP. Essa declaração é necessária para o processamento do tratamento diferenciado no procedimento licitatório.

4.3.1. Essa identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na Sessão pública do Pregão Eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

4.3.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. Essa identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na Sessão pública do Pregão Eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

4.3.4. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

4.3.4.2. O intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

4.3.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.3.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.3.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese e em ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.3.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos será



realizado entre elas sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.3.4.3.1. Na hipótese da não-contratação o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame e somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.5. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances ou a contar da convocação do agente de contratação, sob pena de preclusão.

4.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.5. cujo sócio ou titular de fato ou de direito seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

4.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.4.8. que tenha filial, sucursal, agência ou representação no exterior, nos termos do inciso XII do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 214/2025.

4.4.9. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de



empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.4.10. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.4.11. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.4.12. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do objeto deste certame, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.5. O licitante que prestar declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ficará sujeito às sanções previstas neste edital.

4.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos dos participantes.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública;

5.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



5.2.5. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas pelo licitante, no sistema, assumidos como firmes e verdadeiros suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, em licitações, ainda que seja por terceiros.

5.3. A falsidade da declaração de que trata este artigo sujeitará o licitante às sanções mencionadas neste edital.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.8. O licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

5.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.13. Não será exigida garantia da proposta, considerando a natureza do objeto e o valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.2. valor unitário e total da soma dos itens e o total do lote/grupo;

6.1.3. Marca;

6.1.4. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.3.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor total GLOBAL.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.11.1. Caso ainda assim ocorra um empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16 Para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.17.1.1. Na inviabilidade da realização do procedimento indicado no item anterior, o pregoeiro poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação, com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso.

7.18. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de prestação ou de acondicionamento de bens, ou qualquer outro motivo.

7.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.22.1. As propostas deverão observar os itens 4 e 8 do Termo de Referência.

7.23. Não será exigida apresentação de amostra, considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços de locação de veículos, cuja avaliação ocorrerá por meio da verificação das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e condições de participação previstas neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.4. O CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais <https://www.go.gov.br/spr/economia/emitir-declaracao-do-cadin-estadual>.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de serviços similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade previsto neste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7.6. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecução, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10.1. Também poderão ser efetuadas diligências ou solicitados documentos complementares, a exemplo de fotos, manuais, catálogos e testes, caso haja dúvidas sobre a conformidade da proposta com as especificações técnicas pormenorizadas ou com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos (art. 59, incisos II e V da Lei Federal nº 14.133/2025).

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Por ocasião da análise da proposta apresentada pelo licitante, ainda que o julgamento seja pelo menor preço global, os preços unitários também serão submetidos à apreciação, podendo ser determinada diligência caso haja distorções significativas de proporcionalidade em relação aos preços constantes da planilha de custos da licitação.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Eventuais documentos exigidos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O licitante vencedor convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da convocação dos anexos pelo agente de contratações no sistema, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados exclusivamente pelo próprio sistema eletrônico compras.gov, sendo:

9.2.1. Certificado de Regularidade de Registro Cadastral de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR).

9.2.2. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

9.2.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.2.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.2.3.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



9.2.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.2.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.4.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

9.2.4.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

9.2.4.5. Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante e, para licitantes sediados em outro Estado da Federação, também perante a Fazenda do Estado de Goiás;

9.2.4.6. Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.2.4.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

9.2.4.8. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2.5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



9.2.5.1. A exigência de qualificação econômico-financeira justifica-se pela necessidade de mitigar riscos de inadimplemento contratual e de descontinuidade da prestação dos serviços, considerando tratar-se de contratação de serviço continuado de locação de veículos executivos, que impõe à futura contratada a obrigação de disponibilizar permanentemente a frota, realizar manutenção preventiva e corretiva, contratar e manter cobertura securitária, providenciar a substituição de veículos e prestar assistência operacional ininterrupta, com assunção integral dos custos operacionais decorrentes, nos termos do art. 69, caput, e do art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.5.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei;

9.2.5.3. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.2.5.4. os documentos exigidos no item 9.2.5.2 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.2.5.4.1. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.2.5.5. os documentos mencionados no item 9.2.5.2. deverão estar na forma da lei, e serão analisados tendo por referência a data da sessão pública;

9.2.5.6. Para fins de delimitação do exercício social, serão consideradas as datas de entrega determinadas pela Receita Federal do Brasil para as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED; para as que realizam o registro na Junta Comercial, o prazo definido pelo art. 1.078, inciso I, da Lei nº 10.406/2002; e, nos demais casos, conforme a legislação pertinente.

9.2.5.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} & \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = & \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}; \\ & \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e} \\ & \text{Passivo Circulante} \end{aligned}$$



9.2.5.8. As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para atendimento da qualificação econômico-financeira, deverão apresentar resultado igual ou superior a 1,0 nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);

9.2.5.9. Para fins de aferição dos índices mencionados no item anterior será considerado o resultado do último exercício social apresentado;

9.2.5.10. Verificado erro de cálculo dos índices financeiros, caberá ao Agente de Contratação promover diligência para correção, desde que não haja alteração da substância dos documentos apresentados.

9.2.6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.2.6.1. Para a documentação de qualificação técnica deverá ser observado o item 8.10 do Termo de Referência – Anexo do Edital.

9.2.7. Os licitantes deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação a seguinte documentação complementar:

9.2.7.1 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo VII** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

9.2.7.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor (es) de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo VIII** deste edital;

9.2.7.3. Declaração, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme modelo constante do **Anexo IX** deste edital.

9.2.7.4. Declaração, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo



grau, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo constante do **Anexo X** deste Edital;

9.2.7.5. Declaração, sob as penas da lei, de sustentabilidade ambiental, conforme modelo constante do **Anexo XI** deste Edital, que poderá ser apresentada e assinada na etapa contratual pelo adjudicatário;

9.2.7.6. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante do **Anexo XII** deste Edital;

9.2.7.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, **Anexo XIII** deste Edital;

9.2.7.8. Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018, devendo utilizar o modelo, **Anexo XIV** deste Edital;

9.2.8. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.9. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

9.2.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.2.11. Na hipótese do item 9.2.8. as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



9.2.12. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

9.2.13. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o serviço for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

9.2.14. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2.14.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.15. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.16. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.2.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.2.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.2.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.2.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.2.21. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



9.2.21.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.2.22. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.2.22.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.2.23. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.2.24. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.2.25. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.2.26. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.2.26.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.2.26.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.2.27. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.2.28. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.2.29. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.2.30. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.3.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:
portal.tce.go.gov.br.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Encerradas as fases do julgamento, da habilitação e recursal, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que observará o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A homologação da licitação é de responsabilidade do Conselheiro Presidente do TCE-GO e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora.

11.3. Quando houver recurso e o(a) Agente de Contratação mantiver sua decisão, deverá esta ser submetida à autoridade competente para decidir acerca dos atos do(a) Agente de Contratação.

11.4. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste Edital.

12. DA FISCALIZAÇÃO, DO PAGAMENTO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão aos servidores designados no inciso II do art. 13 da Portaria nº 729/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sendo Suellen Carina Lopes de Queiroz (Gerente de Administração), como gestora e Márcio Vieira da Silva (Chefe do Serviço de Logística) como fiscal.

12.2. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

12.3. A comunicação entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a CONTRATADA deverá ocorrer preferencialmente por meio formal, admitindo-se a utilização de correio eletrônico institucional ou outro meio eletrônico que assegure o registro e a comprovação do recebimento, devendo tais comunicações ser juntadas ao processo administrativo da contratação.

12.4. COMPETE AO GESTOR DO CONTRATO:

I – acompanhar a execução global do contrato, zelando pelo cumprimento das cláusulas pactuadas;

II – coordenar a atuação do fiscal do contrato;

III – adotar as providências necessárias à formalização de termos aditivos, apostilamentos, prorrogações ou rescisões, quando cabíveis;

IV – decidir, no âmbito de sua competência, as questões administrativas decorrentes da execução contratual;

V – comunicar à autoridade competente ocorrências que extrapolem sua esfera de atuação;

VI – promover o registro formal das ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato.

12.5. COMPETE AO FISCAL DO CONTRATO:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando a conformidade dos serviços prestados com o Termo de Referência e com o contrato;

II - atestar mensalmente a regular prestação do serviço, para fins de medição e pagamento;

III - registrar, de forma sistemática, as ocorrências verificadas durante a execução contratual;

IV - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados na prestação do serviço, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

V - solicitar à CONTRATADA a adoção de providências corretivas sempre que constatadas falhas ou irregularidades;

VI - comunicar ao gestor do contrato eventuais descumprimentos contratuais;

VII - realizar o recebimento do objeto contratado, quando cabível, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

VIII - propor, quando for o caso, a aplicação de sanções administrativas à CONTRATADA, observadas as formalidades legais.

12.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor e do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao Secretário de Administração do TCE-GO, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

12.7. Além do acompanhamento e da fiscalização da entrega do objeto, o fiscal poderá, ainda, recusar o recebimento em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

12.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato (art. 120 da Lei nº 14.133/2021).

12.9. A fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato, bem como recusar o recebimento do objeto executado em desacordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

12.10. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para o TCE-GO.

12.11. Sempre que necessário, a Administração poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que demandem atuação imediata ou esclarecimentos técnicos relacionados à execução do contrato.

12.12. À fiscalização caberá ainda:

12.12.1. Assegurar-se da boa qualidade dos veículos recebidos, verificando sempre a conformidade dos mesmos com as especificações das marcas e modelos de referência;

12.12.2. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quando da necessidade de aplicação de sanções, alterações e reajuste do Contrato.

12.13. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás caberá:

12.13.1. Apresentar à CONTRATADA as observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da Fiscalização;

12.13.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos veículos e materiais, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

12.14. À CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos bens considerados inadequados pelo Fiscal.

12.15. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento dos materiais constantes na Ordem de Fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente liquidada e atestada pela Gerência de Administração.

12.16. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

12.16.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o

pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

12.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na nota fiscal.

12.18. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa será devolvida à CONTRATADA pelo Gestor do contrato e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o CONTRATANTE.

12.19. Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS, INSS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE".

12.20. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

13. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 729.900,00 (setecentos e vinte e nove mil e novecentos reais), conforme orçamento estimativo constante do Anexo IV deste edital.

13.2. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026.0201.01.032.4200.4215.03.25000100.90.0000 e serão enquadradas na Natureza de Despesa 3.3.90.33.04 – Locação de Meios de Transporte para Deslocamento de Pessoal em Serviço Técnico-Administrativo.

13.3. Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

13.3.1. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.3.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.4. O TCE-GO realizará diligências para aferir a exequibilidade das propostas e exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (§ 2º, art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021) caso as mesmas apresentem deságio excessivo.

13.5. Serão aceitas como válidas as comprovações por meio de notas fiscais de itens similares provenientes de distribuidoras e/ou fabricantes, cotações, pesquisa de preços decorrentes de sites eletrônicos, entre outros instrumentos efetivos. Todavia, informamos que cotações de empresas terceiras serão objeto de investigação visando a prevenção de fraudes e concorrência desleal, sujeitando-se à aplicação das sanções legais cabíveis por esta Corte de Contas em caso de falsificação ou manipulação de propostas comerciais apresentadas por outras empresas.

13.6. Portanto, as licitantes serão responsabilizadas pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação a execução do contrato, assim como comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, nos termos deste instrumento convocatório, podendo este Tribunal de Contas aplicar às licitantes as sanções previstas neste instrumento convocatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.7. Tendo em vista as peculiaridades da contratação ora proposta, faz-se essencial os seguintes esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais deverão ser observados pelas empresas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:

13.7.1. Os custos operacionais diretamente associados à execução do contrato — tais como manutenção preventiva e corretiva, seguro total, licenciamento, emplacamento e substituição de veículos — foram cotados individualmente e representam o valor atual real de mercado, podendo sofrer variações ao longo do período de doze meses durante o qual a contratada não fará jus ao reajuste de periodicidade anual. Portanto, é recomendável a análise criteriosa da redução desses custos diretos antes da fase competitiva do certame.

13.8. O TCE-GO desclassificará propostas que contemple materiais que não sejam completamente compatíveis ou de qualidade inferior aos modelos de referência dispostos na planilha orçamentária, cuja análise observará os seguintes fatores: garantia e recomendações técnicas dos fabricantes dos equipamentos instalados, características elétrica e mecânica, confiabilidade elétrica e mecânica, dimensões físicas, conformidade com normas técnicas aplicáveis, entre outros fatores.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual.

14.2. Os representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do(a) contrato, por meio do SINI, no sítio do Tribunal de Contas do Estado (<https://portal.tce.go.gov.br>).

14.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

14.4. Por ocasião da assinatura do **instrumento contratual**, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

14.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pelo TCE-GO.

14.6. GARANTIA CONTRATUAL

14.6.1. Como garantia do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.6.2. A garantia poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, à escolha da CONTRATADA:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;

II – seguro-garantia; cuja apólice deverá ter prazo de validade correspondente à vigência do contrato, observado o prazo mínimo de 01 (um) mês além do término da vigência contratual, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021; ou

III – fiança bancária emitida por instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; ou

IV - títulos de crédito emitidos por companhia securitizadora, aplicando-se o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021.

14.6.3. A garantia deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, devendo ser renovada ou atualizada nas hipóteses de prorrogação contratual, alteração do valor do contrato ou qualquer outra situação que implique modificação do valor garantido, de forma a manter o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

14.6.4. A garantia prestada responderá pelo pagamento de multas decorrentes de infrações contratuais, bem como por eventuais prejuízos causados diretamente à Administração em razão do inadimplemento contratual, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que excedam o valor garantido.



14.6.5. Caso a garantia seja utilizada, total ou parcialmente, para pagamento de multas ou indenizações, a CONTRATADA deverá recompor o valor da garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da Administração.

14.6.6. A garantia será liberada ou restituída após o encerramento da execução contratual e a verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

14.7. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

14.8. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

14.9. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo contratual, no prazo estabelecido no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas pelo art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.10. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

14.12. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital de licitação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

14.13. Na hipótese de o adjudicatário da licitação não comprovar as condições de assinatura do contrato consignadas no edital de licitação, recusar-se a assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação.

14.14. Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ocasião em que será verificada a conformidade da proposta, o atendimento dos requisitos de habilitação e os eventuais documentos complementares.

14.14.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.15. Em caso de rescisão contratual ou de anulação da nota de empenho, ocorrida(s) em virtude de inexecução parcial ou total, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do objeto, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 14.14 e 14.14.1 deste instrumento.

15. DA PRAZO, FORMA DE ENTREGA E GARANTIA

15.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos veículos (formalizada em termo de entrega e recebimento) e início da efetiva prestação dos serviços, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Os serviços deverão ser prestados no endereço do Tribunal: Av. Ubirajara Berocan Leite, Nº 640. Setor Jaó. Goiânia/GO - CEP: 74.674-015.

15.3. O objeto do contrato será recebido:

- a) provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da efetiva entrega no Serviço de Logística/Gerência de Administração do TCE-GO, mediante termo circunstanciado, para verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a verificação da conformidade dos veículos com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e sua consequente aceitação.

15.4. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás reserva-se o direito de recusar o recebimento dos veículos cuja qualidade ou especificação não esteja em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência.

15.5. O retardamento na execução dos serviços, não justificado, considerar-se-á como infração contratual.

15.6. A execução do objeto ocorrerá mediante à disponibilização, pela CONTRATADA, de 09 (nove) veículos utilitários esportivos (SUV), novos (zero quilômetro), conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, em especial as previstas nos Itens 5.1 ao 5.8.

15.7. Os veículos deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento pela Administração, devendo ser entregues nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

15.8. No ato da entrega será realizada vistoria técnica dos veículos, ocasião em que serão verificadas suas condições de funcionamento, conservação, documentação e conformidade com as especificações previstas no Termo de Referência.

15.9. Os veículos permanecerão à disposição do Tribunal durante toda a vigência contratual, para atendimento das atividades institucionais dos membros da Corte.

15.10. A CONTRATADA deverá garantir que os veículos permaneçam em perfeitas condições de funcionamento, conservação, limpeza e segurança, durante toda a execução contratual

16. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

16.1. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir da data da elaboração do orçamento estimativo, no dia **08/05/2026**, adotando-se como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será permitida a formação de consórcios, transferência ou cessão, total ou parcial, do objeto e, tampouco, a subcontratação do mesmo, devendo a execução ocorrer exclusivamente por sua responsabilidade direta, conforme estabelecido no Termo de Referência.

18. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

18.1. A forma de medição dos serviços prestados e o critério de pagamento estão elencados no item 7, em seu inteiro teor, do Termo de referência – Anexo III.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Os licitantes e contratados serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) o caráter educativo da pena;
- f) o princípio da proporcionalidade;
- g) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital.

19.5.1. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.2. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “b”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.3. Será aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;

19.6. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de serviço não realizado em razão de atraso injustificado, nos seguintes percentuais:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de máximo 3 (três) anos.

19.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.11. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.12. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.13. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos ao contratado ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

19.14. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

19.15. As sanções previstas deste tópico são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução Administrativa nº 12/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito desta Corte de Contas.

19.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001.

19.17. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

19.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e obrigando-se ao integral cumprimento das disposições do Código de Ética e da Política de Integridade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no que lhe for aplicável.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão cumprir integralmente as obrigações estabelecidas nos itens 5.9 e 5.10 do Termo de Referência e nas Cláusulas Terceira e Quarta da Minuta Contratual, que fazem parte integrante do presente Edital.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do contratante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o licitante tenha direito a qualquer indenização.

22.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

22.3. É facultado ao Agente de Contratação ou à Autoridade Competente, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

22.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Licitação.

22.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Agente de Contratação.

22.6. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo TCE-GO.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expedientes normais.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

22.9. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.

22.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do comprador, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. O objeto da presente Licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme previsto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.11.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

22.12. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

22.13. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

22.14. O Edital e seus Anexos poderão ser visualizados nos sítios eletrônicos comprasnet.gov.br e www.tce.go.gov.br, sendo também disponibilizados na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP 74.674-015.

22.15. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Lei Complementar nº 131 – Lei da Transparência, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados no Portal do TCE-GO.

22.16. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3228-2696 (Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Serviço de Licitações) ou pelo e-mail: licitacoes@tce.go.gov.br.

22.17. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia, 09 de junho de 2026.

FERNANDO NAVES DO CARMO MARINHO
ELABORAÇÃO DO EDITAL



NILSON ELIAS DE CARVALHO JUNIOR
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

LUIS CARLOS DE GOUVEIA COELHO
EQUIPE DE APOIO

MILENA GEBRIM BRAGA NUNES
EQUIPE DE APOIO

PAULO HENRIQUE BORGES DA SILVA
EQUIPE DE APOIO

POLYANE VIEIRA MEIRELES
EQUIPE DE APOIO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, da Lei n. 14.133/2021):

1.1. Diante da necessidade de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás para o cumprimento de suas atividades institucionais, tais como participação em sessões plenárias, reuniões institucionais, atividades de fiscalização, eventos oficiais e demais compromissos inerentes ao exercício de suas competências constitucionais e legais, verifica-se a necessidade de disponibilização de veículos adequados para atendimento dessas demandas de transporte.

1.2. A análise da estrutura atualmente disponível evidencia que a frota própria do Tribunal não se mostra suficiente para atender plenamente às necessidades de deslocamento dos membros desta Corte de Contas, seja em razão da quantidade de veículos disponíveis, seja pela inexistência de veículos com características compatíveis com o padrão requerido para o transporte institucional de autoridades. A insuficiência da frota própria também é evidenciada pela necessidade atualmente atendida por meio de contrato vigente de locação de 09 (nove) veículos executivos, sem motorista e sem combustível, utilizado para suporte às demandas de deslocamento institucional dos membros desta Corte. A descontinuidade desse quantitativo, sem solução substitutiva equivalente, poderá comprometer a logística administrativa atualmente estruturada, especialmente diante da necessidade de atendimento contínuo, simultâneo e tempestivo das agendas institucionais.

1.3. Nesse contexto, torna-se necessária a adoção de solução administrativa capaz de assegurar a disponibilidade contínua de veículos em condições adequadas de segurança, conforto e confiabilidade, garantindo a regular execução das atividades institucionais do Tribunal.

1.4. A contratação de serviços de locação de veículos apresenta-se como alternativa adequada para o atendimento dessa necessidade, uma vez que possibilita à Administração dispor de veículos novos e em perfeitas condições de uso, com manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada, reduzindo custos operacionais e proporcionando maior eficiência na gestão da frota institucional.

1.5. Além disso, o modelo de locação permite a atualização periódica da frota, garantindo a utilização de veículos modernos, mais eficientes em termos de consumo de combustível e com menores níveis de emissão de poluentes, em consonância com as práticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental adotadas pela Administração Pública.

1.6. Diante do exposto, considerando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, justifica-se a realização de procedimento licitatório visando à contratação de empresa

especializada para a locação de veículos executivos, sem motorista e sem combustível, destinados ao atendimento das demandas de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás no desempenho de suas atividades institucionais.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021):

2.1. A contratação pretendida encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – PCA 2026, no item 84, conforme planejamento institucional publicado no Diário Eletrônico de Contas.

2.2. O item 84 do PCA 2026 contempla a contratação de locação de meios de transporte para deslocamento de pessoal em serviço técnico-administrativo, tendo como unidade demandante o Serviço de Logística, com previsão de atendimento em 02 de julho de 2026.

2.3. O valor estimado registrado no planejamento anual para a referida contratação é de R\$ 713.850,00 (setecentos e treze mil, oitocentos e cinquenta reais), tendo sido classificada como contratação de prioridade alta, considerando a relevância da disponibilização contínua de meios de transporte para suporte às atividades institucionais desta Corte de Contas.

2.4. A inclusão da demanda no Plano de Contratações Anual evidencia o alinhamento da contratação ao planejamento institucional do Tribunal, em conformidade com as diretrizes de governança das contratações públicas previstas na **Lei nº 14.133/2021**, assegurando previsibilidade, racionalização de recursos e adequado planejamento das aquisições e contratações da Administração.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III, da Lei n. 14.133/2021):

3.1. A solução a ser contratada deverá atender aos requisitos mínimos de qualidade, desempenho e operacionalidade necessários ao adequado atendimento das demandas institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, assegurando a disponibilidade de veículos em condições adequadas de segurança, conforto, confiabilidade e eficiência.

3.2. A contratação compreenderá a locação de 09 (nove) veículos automotores executivos, novos (zero quilômetro), sendo:

- 04 (quatro) veículos do tipo sedan executivo;
- 05 (cinco) veículos utilitários esportivos – SUV.

3.2.1. O ano e o modelo dos veículos deverão corresponder às versões mais recentes disponíveis no mercado na data da efetiva entrega à Administração.

3.3. Os veículos deverão possuir características compatíveis com veículos executivos destinados ao transporte institucional de membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, observadas as seguintes condições gerais:

- veículos com 05 (cinco) portas e capacidade para 05 (cinco) ocupantes;
- padrão de conforto, segurança, tecnologia e desempenho compatível com veículos executivos de categoria média ou superior;
- modelos de referência:



- Toyota Corolla XEi 2.0 Flex (sedan executivo);
- Toyota Corolla Cross XRX 2.0 Flex (SUV executivo).

3.3.1. A indicação dos modelos Toyota Corolla XEi 2.0 Flex e Toyota Corolla Cross XRX 2.0 Flex possui caráter meramente referencial, tendo por finalidade delimitar o padrão mínimo de desempenho, segurança, conforto, tecnologia, capacidade e categoria dos veículos pretendidos.

3.3.2. A adoção desses modelos como referência decorre da experiência administrativa obtida com a locação atualmente vigente no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, cujos veículos vêm atendendo adequadamente às demandas institucionais de deslocamento dos membros desta Corte, demonstrando compatibilidade com o nível de segurança, conforto, confiabilidade e disponibilidade exigido para a logística institucional.

3.3.3. A referência aos referidos modelos não constitui exigência de marca ou modelo específico, nem restringe a competitividade do certame, sendo admitidos veículos de outras marcas e modelos, desde que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas previstas no Termo de Referência e apresentem padrão equivalente ou superior ao dos modelos utilizados como referência.

3.4. No que se refere às condições técnicas mínimas, os veículos deverão possuir características compatíveis com o padrão executivo pretendido pela Administração, observando-se, no mínimo:

- motorização 2.0 flex ou superior;
- transmissão automática do tipo CVT ou equivalente;
- direção eletroassistida;
- sistemas de segurança ativa e passiva compatíveis com veículos executivos de categoria média ou superior;
- no mínimo 07 (sete) airbags;
- sistemas de assistência à condução e auxílio ao estacionamento;
- central multimídia com conectividade para smartphones;
- bancos revestidos em couro ou material equivalente de padrão superior;
- sistema de climatização digital automático;
- rodas de liga leve compatíveis com a categoria do veículo;
- demais equipamentos de conforto, segurança e tecnologia compatíveis com os padrões mínimos definidos no Termo de Referência e em seus anexos.

3.5. Os veículos deverão ser entregues com pintura original de fábrica, admitindo-se acabamento sólido, metálico ou perolizado, nas cores a serem definidas pela Administração no momento da solicitação, observada a distribuição estimada correspondente às necessidades institucionais.

3.6. Deverão acompanhar os veículos todos os equipamentos obrigatórios e acessórios de segurança e conforto exigidos pela legislação de trânsito, bem como equipamentos adicionais compatíveis com o padrão da categoria do veículo, tais como ar-condicionado digital, sistema de travamento e vidros elétricos, central multimídia com conectividade para smartphones, câmera de ré, sistema de alarme antifurto, bancos revestidos em couro, rodas de liga leve compatíveis com a categoria e padrão executivo do veículo ofertado, sistema de partida por botão, faróis de neblina, além de outros dispositivos de segurança e conforto usuais em veículos da categoria.

3.7. Todos os veículos deverão estar equipados com os dispositivos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e pelas normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, devendo ser entregues devidamente licenciados, segurados e em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento.

3.8. A prestação do serviço compreenderá, ainda, a responsabilidade da contratada pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, cobertura securitária total, substituição em caso de indisponibilidade, regularização documental e demais encargos necessários à plena disponibilidade da frota durante toda a vigência contratual.

3.9. Os serviços serão prestados sem fornecimento de motorista e sem fornecimento de combustível, considerando que o Tribunal dispõe de motoristas próprios e mantém contrato específico para abastecimento da frota institucional.

3.10. A contratada deverá assegurar a substituição imediata de veículos que apresentem falhas, indisponibilidade ou qualquer condição que comprometa a segurança ou a continuidade da prestação do serviço.

4. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE (art. 18, §1º, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021):

4.1. A estimativa do quantitativo de veículos a serem contratados foi definida com base na necessidade de continuidade da logística institucional atualmente existente no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, considerando que a Corte já possui contrato vigente de locação de 09 (nove) veículos executivos, sem motorista e sem combustível, destinados ao atendimento das demandas de deslocamento de seus membros.

4.2. A experiência decorrente da execução contratual vigente demonstra que o quantitativo de 09 (nove) veículos atende adequadamente às necessidades operacionais do Tribunal, permitindo o suporte contínuo às agendas institucionais dos membros desta Corte de Contas, tais como sessões plenárias, reuniões institucionais, atividades de fiscalização, eventos oficiais, compromissos externos e demais deslocamentos relacionados ao exercício de suas competências constitucionais e legais.

4.3. O dimensionamento de 09 (nove) veículos decorre da estrutura de atendimento atualmente praticada, contemplando:

a) 07 (sete) veículos destinados ao atendimento dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

b) 01 (um) veículo destinado ao atendimento do Procurador-Geral de Contas;

c) 01 (um) veículo reserva, destinado a assegurar a continuidade da prestação do serviço em situações de manutenção preventiva ou corretiva, indisponibilidade eventual de veículo, necessidade de substituição temporária ou atendimento de demandas extraordinárias.

4.4. A manutenção do quantitativo de 09 (nove) veículos justifica-se, ainda, pela necessidade de evitar descontinuidade na logística institucional atualmente estruturada. A supressão ou redução desse quantitativo poderia comprometer o atendimento tempestivo das demandas de deslocamento dos membros do Tribunal, especialmente diante da simultaneidade de compromissos institucionais, da necessidade de disponibilidade permanente dos veículos e da possibilidade de indisponibilidades temporárias decorrentes de manutenção, sinistro ou substituição.

4.5. Registre-se que a presente contratação está alinhada ao planejamento institucional constante do Plano de Contratações Anual de 2026, no qual a demanda encontra-se prevista no item 84, com previsão de atendimento em 02 de julho de 2026, sob a descrição “locação de meios de transporte para deslocamento de pessoal em serviço técnico-administrativo”, classificada como contratação de prioridade alta.

4.6. Assim, considerando a experiência administrativa obtida com a contratação vigente, a estrutura de atendimento atualmente existente, a necessidade de continuidade da logística institucional e o risco de prejuízo às atividades finalísticas em caso de descontinuidade ou redução da frota locada, conclui-se que o quantitativo de 09 (nove) veículos é adequado, suficiente e necessário ao atendimento das demandas institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás durante a vigência contratual.

5. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO (art. 18, §1º, inciso V, da Lei n. 14.133/2021):

5.1. Superada a fase de definição da necessidade administrativa e dos requisitos mínimos da contratação, procedeu-se à análise das soluções disponíveis no mercado capazes de atender à demanda de transporte institucional dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

5.2. O levantamento realizado identificou que existem, de modo geral, três alternativas possíveis para atendimento da necessidade administrativa: aquisição de veículos próprios, contratação de serviços de transporte de passageiros por demanda e locação de veículos para uso institucional.

5.3. A primeira alternativa consiste na aquisição de veículos para incorporação à frota patrimonial do Tribunal. Embora essa solução possibilite a disponibilidade permanente dos veículos, ela implica elevado investimento inicial para aquisição dos automóveis, além da necessidade de assunção, pela Administração, de todos os custos relacionados à manutenção preventiva e corretiva, seguros, documentação, depreciação patrimonial, gestão da frota e eventual substituição dos veículos ao longo do tempo. Ademais, a renovação periódica da frota demandaria novos investimentos significativos, o que pode comprometer a eficiência na alocação dos recursos públicos.

5.4. Para fins de referência, considerando os modelos utilizados como parâmetro técnico da contratação, foram identificados os preços públicos sugeridos de R\$ 174.990,00 para o Toyota Corolla XEi 2.0 Flex e de R\$ 210.690,00 para o Toyota Corolla Cross XRX FFV 2.0 Flex, conforme informações públicas disponibilizadas pela Toyota. Assim, considerando a composição pretendida de 04 (quatro) veículos sedan executivos e 05 (cinco) veículos utilitários esportivos – SUV, a aquisição dos veículos demandaria desembolso inicial estimado de R\$ 1.753.410,00, conforme demonstrado abaixo:



Alternativa de aquisição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
Toyota Corolla XEi 2.0 Flex, ou equivalente	4	R\$ 174.990,00	R\$ 699.960,00
Toyota Corolla Cross XRX FFV 2.0 Flex, ou equivalente	5	R\$ 210.690,00	R\$ 1.053.450,00
Total estimado para aquisição	9		R\$ 1.753.410,00

5.5. Registre-se que o valor estimado para a aquisição contempla apenas o custo inicial de compra dos veículos, não abrangendo despesas adicionais que seriam suportadas diretamente pela Administração, tais como seguro, manutenção preventiva e corretiva, assistência, licenciamento, regularização documental, gestão patrimonial, substituição temporária em caso de pane, sinistro ou manutenção prolongada, depreciação e futura renovação da frota.

5.6. Outra alternativa considerada foi a contratação de serviços de transporte de passageiros por demanda, tais como serviços de transporte privado disponibilizados por empresas especializadas. Contudo, essa solução não se mostra adequada às necessidades do Tribunal, uma vez que as atividades desempenhadas pelos membros da instituição demandam disponibilidade contínua de veículos, previsibilidade operacional, padronização mínima, controle administrativo e garantia de atendimento imediato às agendas institucionais, características que nem sempre são plenamente asseguradas por serviços de transporte sob demanda.

5.7. A terceira alternativa consiste na locação de veículos para utilização institucional, sem fornecimento de motorista e sem combustível. Nesse modelo, os veículos permanecem à disposição da Administração durante toda a vigência contratual, sendo de responsabilidade da empresa contratada a manutenção preventiva e corretiva, cobertura securitária, regularização documental, assistência 24 horas, substituição de veículos quando necessário e demais encargos relacionados à gestão da frota.

5.8. Para fins comparativos, a locação anual estimada para a disponibilização de 09 (nove) veículos executivos, sendo 04 (quatro) sedans e 05 (cinco) SUVs, corresponde a R\$ 729.900,00, conforme estimativa preliminar da contratação. Diferentemente da aquisição, esse valor contempla não apenas a disponibilização dos veículos, mas também os encargos operacionais atribuídos à contratada, tais como manutenção, seguro, assistência, substituição e regularização documental.

Alternativa	Valor estimado	Observações
Aquisição dos 09 veículos	R\$ 1.753.410,00	Valor estimado apenas para compra dos veículos, sem incluir seguro, manutenção, documentação, gestão da frota, substituições e renovação futura.
Locação por 12 meses	R\$ 729.900,00	Valor estimado para disponibilização dos veículos, com manutenção, seguro, assistência 24 horas, substituição quando necessário e demais encargos operacionais incluídos.

5.9. A análise comparativa das alternativas evidencia que a locação de veículos apresenta-se como solução mais vantajosa para a Administração, especialmente em razão dos seguintes fatores:

- a) menor desembolso inicial quando comparado à aquisição de veículos;
- b) transferência à contratada das responsabilidades relacionadas à manutenção, seguro, assistência, documentação e demais encargos operacionais;
- c) possibilidade de utilização de veículos novos ou em adequado estado de conservação durante a vigência contratual;
- d) maior previsibilidade de custos para a Administração;
- e) redução dos riscos financeiros e patrimoniais associados à depreciação dos veículos;
- f) continuidade da logística institucional atualmente estruturada, considerando que o Tribunal já possui contrato vigente de locação de veículos que atende adequadamente às demandas da Corte.

5.10. Além disso, a adoção do modelo de locação possibilita maior flexibilidade na gestão da frota institucional, permitindo a atualização periódica dos veículos e garantindo melhores condições de segurança, conforto, confiabilidade e eficiência operacional.

5.11. Diante das análises realizadas, conclui-se que a locação de veículos executivos, dos tipos sedan e SUV, sem motorista e sem combustível, constitui a solução mais adequada para atender às necessidades de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, apresentando melhor relação entre custo, eficiência operacional, previsibilidade orçamentária e racionalização da gestão administrativa.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021):

6.1. A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada com base em referências disponíveis na fase inicial de planejamento, considerando o contrato atualmente vigente no Tribunal de Contas do Estado de Goiás para prestação de serviços de locação de veículos executivos, sem motorista e sem combustível, destinados ao transporte dos membros desta Corte de Contas, bem como os valores constantes do Plano de Contratações Anual de 2026.

6.2. O contrato vigente contempla a locação de 09 (nove) veículos executivos, pelo valor mensal unitário de R\$ 6.294,99, totalizando R\$ 56.654,91 mensais e R\$ 679.858,92 anuais, servindo como referência preliminar para aferição da ordem de grandeza da despesa e para subsidiar a continuidade da instrução processual.

6.3. Considerando a previsão constante do Plano de Contratações Anual de 2026, a atualização das condições de mercado, a reavaliação técnica da composição da frota e a necessidade de contratação

de veículos executivos dos tipos sedan e utilitário esportivo – SUV, a estimativa preliminar poderá ser ajustada na fase própria de elaboração do orçamento estimativo.

6.4. A estimativa definitiva do valor da contratação será consolidada no Orçamento Estimativo, mediante pesquisa de preços específica, observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 9.900/2021, com utilização de fontes compatíveis com o objeto, tais como contratações públicas similares, propostas comerciais de fornecedores do ramo e demais bases oficiais de preços aplicáveis.

6.5. Assim, os valores indicados neste Estudo Técnico Preliminar possuem caráter referencial e preliminar, destinados a subsidiar a análise de viabilidade da solução, sem prejuízo da posterior consolidação do valor estimado da contratação no documento próprio de orçamento estimativo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII, da Lei n. 14.133/2021):

7.1. A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos executivos, sem fornecimento de motorista e sem combustível**, destinados ao atendimento das demandas de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás no exercício de suas atribuições institucionais.

7.2. A contratação compreenderá a disponibilização de 09 (nove) veículos executivos, sendo veículos sedan e utilitários esportivos – SUV, novos (zero quilômetro), com especificações técnicas compatíveis com os padrões de segurança, conforto e desempenho necessários ao transporte institucional dos membros desta Corte de Contas, conforme requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e detalhados no Termo de Referência.

7.3. No modelo adotado, caberá à empresa contratada disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, conservação, funcionamento e segurança, responsabilizando-se pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva, cobertura securitária, regularização documental e demais encargos inerentes à propriedade e à disponibilidade da frota.

7.3.1. As multas, penalidades ou encargos decorrentes de irregularidades relacionadas à propriedade, documentação, licenciamento, manutenção, equipamentos obrigatórios ou condições de circulação dos veículos serão de responsabilidade da contratada.

7.3.2. As multas de trânsito decorrentes exclusivamente de conduta individual do condutor, quando devidamente identificada e comprovada a responsabilidade, serão tratadas conforme procedimento administrativo próprio, observada a legislação aplicável e assegurada a apuração da responsabilidade.

7.4. A solução adotada busca garantir maior eficiência na gestão da frota institucional, assegurando a disponibilidade de veículos em condições adequadas de uso, com redução de encargos administrativos relacionados à manutenção, renovação e gestão de veículos próprios.

7.5. Nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, a execução do objeto possui natureza contínua, uma vez que se destina ao atendimento permanente das necessidades administrativas relacionadas ao transporte institucional dos membros do Tribunal, podendo o contrato ser prorrogado nas hipóteses previstas nos arts. 106 e 107 da referida lei.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO ou NÃO PARCELAMENTO (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021):

8.1. Após análise das características do objeto e das condições de mercado, verificou-se que **não se mostra tecnicamente nem economicamente vantajoso o parcelamento da contratação**, razão pela qual a licitação deverá ocorrer com **adjudicação global do objeto**.

8.2. A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **locação de veículos executivos**, envolvendo a disponibilização da frota, manutenção preventiva e corretiva, cobertura securitária, regularização documental e demais serviços associados à gestão operacional dos veículos. Tais elementos integram uma **solução única e indivisível**, cuja execução por múltiplos fornecedores poderia comprometer a padronização da frota, aumentar a complexidade da gestão contratual e gerar dificuldades no acompanhamento da execução dos serviços. A segregação da estimativa de preços por categoria de veículo sedan executivo e SUV, não implica, por si só, necessidade de parcelamento da contratação, tendo em vista que a solução pretendida permanece integrada quanto à gestão da frota, manutenção, substituição, cobertura securitária, regularização documental e responsabilização contratual.

8.3. Além disso, a contratação por fornecedor único favorece a **economia de escala**, possibilitando maior competitividade entre as empresas do setor e potencial redução dos custos administrativos relacionados à gestão e fiscalização de múltiplos contratos.

8.4. No que se refere ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, registra-se que não se aplica, no presente caso, a exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que a contratação será realizada em item único, com valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Do mesmo modo, não se mostra cabível a reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, por não se tratar de aquisição de bens divisíveis, mas de serviço prestado em solução integrada, cujo fracionamento comprometeria a eficiência da execução e a adequada gestão contratual.

8.5. Assim, considerando a natureza do objeto, a forma de execução da solução e a necessidade de assegurar maior eficiência na gestão do contrato, conclui-se que a adjudicação global apresenta-se como a alternativa mais adequada ao interesse público.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, inciso IX, da Lei n. 14.133/2021):

9.1. A presente contratação pretende assegurar a disponibilização de veículos adequados para atendimento das demandas de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás no exercício de suas atividades institucionais, garantindo condições adequadas de **segurança, conforto, confiabilidade e disponibilidade da frota**.



9.2. Busca-se, ainda, proporcionar **maior eficiência na gestão administrativa dos veículos utilizados pelo Tribunal**, mediante a transferência à empresa contratada das responsabilidades relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, cobertura securitária, regularização documental e demais encargos inerentes à gestão da frota.

9.3. A adoção do modelo de locação de veículos também contribui para a **racionalização dos custos administrativos**, evitando investimentos elevados na aquisição de veículos próprios, bem como reduzindo encargos relacionados à manutenção, reposição e depreciação patrimonial da frota institucional.

9.4. Assim, espera-se que a contratação possibilite **maior eficiência operacional, economicidade e continuidade no atendimento das necessidades de transporte institucional**, assegurando melhores condições para o desempenho das atividades finalísticas desta Corte de Contas.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X, da Lei n. 14.133/2021):

10.1. Não se identificou a necessidade de adoção de providências administrativas ou estruturais prévias para a celebração do contrato decorrente da presente contratação.

10.2. A Administração já dispõe da estrutura administrativa e operacional necessária para a utilização dos veículos objeto da contratação, bem como de equipe responsável pela gestão e fiscalização contratual, por intermédio da Gerência de Administração e do Serviço de Logística.

10.3. Dessa forma, a execução contratual poderá ser iniciada após a formalização do contrato e a disponibilização dos veículos pela empresa contratada, conforme condições que serão estabelecidas no Termo de Referência.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS (art. 18, §1º, inciso XI, da Lei n. 14.133/2021):

11.1. A execução da presente contratação não depende da realização de novas contratações correlatas ou interdependentes.

11.2. Registra-se, contudo, que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás já possui contratação vigente para fornecimento de combustível, a qual atenderá às necessidades de abastecimento dos veículos objeto desta contratação, tendo em vista que a locação será realizada sem fornecimento de motorista e sem combustível.

11.3. Dessa forma, a solução ora proposta encontra-se compatível com a estrutura administrativa atualmente existente no Tribunal, não sendo necessária a adoção de medidas adicionais para viabilizar a execução do contrato.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, inciso XII, da Lei n. 14.133/2021):

12.1. A execução do objeto da presente contratação pode gerar alguns impactos ambientais inerentes à utilização de veículos automotores, tais como a emissão de gases poluentes decorrentes da queima de combustíveis fósseis, a geração de resíduos provenientes de atividades de manutenção veicular, incluindo descarte de pneus, óleos lubrificantes, filtros e demais componentes automotivos.

12.2. Nesse contexto, caberá à empresa contratada adotar práticas adequadas de gestão ambiental durante a execução contratual, observando a legislação ambiental vigente e as normas aplicáveis ao setor automotivo, especialmente no que se refere ao correto descarte e à destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados nas atividades de manutenção dos veículos.

12.3. Além disso, a utilização de veículos novos e tecnologicamente mais modernos tende a contribuir para maior eficiência energética e menor emissão de poluentes, em comparação com veículos mais antigos, o que representa medida indireta de mitigação dos impactos ambientais associados à utilização da frota.

12.4. A contratada deverá observar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental aplicáveis às contratações públicas, inclusive aqueles previstos na Instrução Normativa nº 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, bem como as diretrizes da Resolução Administrativa nº 25/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito interno desta Corte de Contas, adotando medidas que promovam a redução dos impactos ambientais decorrentes da execução do objeto contratual.

13. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021):

13.1. O presente Estudo Técnico Preliminar avaliou a viabilidade da contratação considerando seus aspectos técnicos, operacionais e econômicos, bem como a aderência da solução proposta às necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

13.2. A análise realizada demonstrou que a **locação de veículos executivos, sem fornecimento de motorista e sem combustível**, constitui solução adequada para atender às demandas de deslocamento dos membros desta Corte de Contas no exercício de suas atribuições institucionais, assegurando condições apropriadas de segurança, conforto e disponibilidade dos veículos.

13.3. Verificou-se, ainda, que a solução proposta apresenta **vantagens administrativas e operacionais**, ao transferir à empresa contratada as responsabilidades relacionadas à manutenção, seguro e gestão da frota, contribuindo para maior eficiência na utilização dos recursos públicos e para a racionalização dos custos associados à gestão de veículos próprios.

13.4. Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação pretendida **se mostra viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico**, estando alinhada às necessidades da Administração e aos objetivos institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

14. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

14.1. Conforme o inciso XI, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Márcio Vieira da Silva;
- Integrante técnico: Márcio Vieira da Silva; e



- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 02 de junho de 2026.

MÁRCIO VIEIRA DA SILVA
CHEFE DE SERVIÇO DE LOGÍSTICA

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO II

MAPA DE RISCOS

Dados do Processo:

Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos executivos, sem motorista e sem combustível, destinados ao atendimento das demandas de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
----------------	--

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A identificação dos riscos apresentados neste documento considerou apenas aqueles que possuem relevância prática e potencial impacto sobre o objeto da contratação. Em observância às boas práticas de gestão de riscos e ao princípio da materialidade, foram registrados exclusivamente os riscos plausíveis, com possibilidade real de ocorrência e que exigem medidas preventivas e/ou de contingência. A inclusão de riscos irrelevantes ou hipotéticos foi evitada, de modo a garantir clareza, objetividade e foco na efetiva gestão da contratação.

Risco 01:	Especificação técnica inadequada dos veículos		
Categoria:	Técnico		
Risco 01:			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano(s):	Contratação de veículos que não atendam plenamente às necessidades institucionais quanto a conforto, segurança, capacidade ou desempenho, comprometendo o adequado transporte dos membros do Tribunal.		

<ul style="list-style-type: none"> Ação(ões) Preventiva(s): Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência com especificações técnicas claras; definição de requisitos mínimos de desempenho e segurança; utilização de modelo de referência apenas como parâmetro técnico, admitindo equivalência. 	Responsável: Serviço de Logística / Diretoria de Administração
Prazo: Fase de planejamento da contratação.	
Ação(ões) de Contingência: Revisão das especificações técnicas ou adoção de medidas contratuais cabíveis, caso se verifique inadequação dos veículos fornecidos.	Responsável: Gestor e Fiscal do Contrato

Risco 02:	Estimativa de preços inadequada		
Categoria:	Financeiro		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano(s): Contratação por valores superiores aos praticados no mercado, comprometendo a economicidade da contratação.			
Ação(ões) Preventiva(s): <ul style="list-style-type: none">Realização de pesquisa de preços abrangente e diversificada;consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos.			Responsável: Diretoria Administração
Prazo: Antes da formalização da contratação.			
Ação(ões) de Contingência: Revisão da pesquisa de preços e reavaliação da vantajosidade da contratação.			Responsável: Diretoria Administração



Risco 03:	Indisponibilidade de veículos durante a execução contratual		
Categoria:	Operacional		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano(s): Interrupção ou prejuízo às atividades institucionais do Tribunal em razão da indisponibilidade de veículos decorrente de falhas mecânicas, manutenção inadequada ou atraso na substituição.			
Ação(ões) Preventiva(s): <ul style="list-style-type: none">• Previsão contratual de manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada;• exigência de substituição dos veículos dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, com aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento;• previsão de veículo reserva.		Responsável: Diretoria de Administração / Serviço de Logística	
Prazo: Fase de elaboração do Termo de Referência.			
Ação(ões) de Contingência: Aplicação das penalidades contratuais cabíveis e exigência de substituição imediata dos veículos indisponíveis.		Responsável: Gestor e Fiscal do Contrato.	

Risco 04:	Atraso na entrega inicial dos veículos		
Categoria:	Operacional		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta

Dano(s): Prejuízo ao atendimento das demandas institucionais de transporte em razão do atraso na disponibilização inicial da frota contratada.	
Ação(ões) Preventiva(s): <ul style="list-style-type: none"> Definição de prazo adequado para entrega dos veículos no Termo de Referência; previsão de penalidades contratuais em caso de atraso. 	Responsável: Diretoria de Administração
Prazo: Fase de elaboração do Termo de Referência.	
Ação(ões) de Contingência: Aplicação das penalidades contratuais previstas e adoção de medidas administrativas cabíveis.	Responsável: Gestor do Contrato

Risco 05:	Descumprimento de obrigações contratuais pela contratada		
Categoria:	Jurídico / Operacional		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano(s): Prestação inadequada dos serviços ou descumprimento das obrigações contratuais, comprometendo a execução da contratação.			
Ação(ões) preventiva(s): <ul style="list-style-type: none">Definição clara das obrigações da contratada no Termo de Referência e no contrato;acompanhamento e fiscalização contínua da execução contratual.			Responsável: Diretoria de Administração / Serviço de Logística
Prazo: Durante toda a vigência contratual.			
Ação(ões) de Contingência: Aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.			Responsável: Gestor do Contrato

Risco 06:	Dependência excessiva de fornecedor		
Categoria:	Estratégico		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano(s): Redução da competitividade ou dificuldades na substituição do fornecedor em futuras contratações.			
Ação(ões) preventiva(s):		Responsável:	
<ul style="list-style-type: none"> especificações técnicas baseadas em desempenho; vedação de direcionamento por marca. 		Diretoria de Administração	
Prazo: Fase de planejamento da contratação			
Ação(ões) de Contingência: Reavaliação da estratégia de contratação em procedimento futuro.		Responsável:	
		Diretoria de Administração.	

Risco 07:	Fracasso da Licitação ou Ausência da propostas válidas		
Categoria:	Estratégico		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano(s): Necessidade de repetição do certame, ocasionando atraso na contratação e possível prejuízo às atividades institucionais.			

Ação(ões) preventiva(s): <ul style="list-style-type: none">Realização de pesquisa de preços robusta e definição adequada das especificações técnicas, evitando restrições indevidas à competitividade.	Responsável: Diretoria de Administração
Prazo: Fase de planejamento da contratação	
Ação(ões) de Contingência: Revisão das condições do edital e republicação do procedimento licitatório.	Responsável: Diretoria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Conforme o inciso XI, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Márcio Vieira da Silva;
- Integrante técnico: Márcio Vieira da Silva; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 12 de março de 2026.

MÁRCIO VIEIRA DA SILVA
CHEFE DE SERVIÇO DE LOGÍSTICA

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a', da Lei n. 14.133/2021)

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos executivos, dos tipos sedan e utilitário esportivo (SUV), sem fornecimento de motorista e sem combustível, destinados ao atendimento das demandas de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, quando no exercício de suas competências constitucionais e institucionais.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O parcelamento da solução mostra-se tecnicamente inviável, uma vez que o objeto se caracteriza como solução única e integrada de disponibilização de veículos, cuja execução por múltiplos fornecedores poderia comprometer a padronização da frota, a gestão contratual, a eficiência operacional e a adequada responsabilização pela manutenção e substituição dos veículos.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos veículos (formalizada em termo de entrega e recebimento) e início da efetiva prestação dos serviços, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. A eventual prorrogação do contrato pelo mesmo prazo inicial, ao final de sua vigência, ficará condicionada à substituição integral da frota locada por veículos novos, zero quilômetro, de mesmo modelo ou, caso o modelo não esteja mais sendo fabricado, por outro de categoria equivalente ou superior, previamente aprovado pelo gestor do contrato.

1.6. Os serviços a serem contratados não se enquadram como de natureza luxuosa, sendo as especificações dos veículos definidas de forma a contemplar exclusivamente requisitos de segurança, confiabilidade, conforto e desempenho necessários e suficientes ao atendimento das demandas institucionais de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

1.7. A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações – PCA do exercício correspondente no item 84, em conformidade com o planejamento institucional das contratações do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

1.8. Nos limites autorizados pela Lei nº 14.133/2021, poderão ocorrer acréscimos ou supressões quantitativas no objeto contratado, observados os percentuais legalmente estabelecidos e mediante formalização por termo aditivo, nos termos do art. 125 da referida lei.

1.9. O presente Termo de Referência fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar elaborado para a presente contratação, o qual identificou a necessidade administrativa, analisou as alternativas disponíveis no mercado e concluiu pela locação de veículos como solução mais vantajosa para atendimento das demandas institucionais de transporte dos membros do TCE-GO.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de disponibilização de veículos executivos para atendimento das demandas de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, no exercício de suas atribuições institucionais, tais como participação em sessões, reuniões institucionais, atividades de fiscalização, eventos oficiais e demais compromissos relacionados às competências constitucionais da Corte de Contas.

2.2. Considerando a insuficiência de frota própria com características adequadas ao atendimento das demandas institucionais dos membros do Tribunal, bem como a necessidade de garantir disponibilidade contínua de veículos em condições adequadas de uso, segurança e confiabilidade, mostra-se necessária a adoção de solução que assegure o atendimento tempestivo das demandas de deslocamento institucional.

2.3. O Estudo Técnico Preliminar elaborado para a presente contratação demonstrou que a locação de veículos executivos se apresenta como a alternativa mais vantajosa para a Administração, quando comparada à aquisição de frota própria, uma vez que transfere à contratada responsabilidades relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, substituição de veículos, gestão da frota e atualização periódica dos automóveis, reduzindo custos operacionais e encargos administrativos.

2.4. A adoção do modelo de locação permite ainda que a Administração mantenha veículos em adequado estado de conservação e com renovação periódica da frota, garantindo maior segurança, conforto e confiabilidade para os usuários, além de contribuir para maior eficiência no consumo de combustível e redução de emissões de poluentes.

2.5. Dessa forma, à luz dos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e racionalização dos recursos públicos, conclui-se que a contratação de serviços de locação de veículos executivos constitui a solução mais adequada para atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

3. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021)

3.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos executivos, dos tipos sedan e utilitário esportivo (SUV), sem fornecimento de motorista e sem combustível, destinados ao atendimento das demandas

institucionais de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

3.2. A contratação compreende a disponibilização contínua de **09 (nove) veículos executivos, sendo 04 (quatro) veículos do tipo sedan executivo e 05 (cinco) veículos utilitários esportivos – SUV**, novos (zero quilômetro), em quantidade suficiente para atendimento das necessidades institucionais do Tribunal, devendo os veículos atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

3.3. Os veículos disponibilizados deverão possuir ano e modelo correspondentes às versões mais recentes disponíveis no mercado para o consumidor final na data da entrega, assegurando melhores condições de segurança, eficiência operacional, confiabilidade mecânica e conforto para os usuários.

3.4. A execução do objeto compreenderá, além da disponibilização dos veículos, todas as atividades necessárias à adequada operacionalização da frota locada, incluindo, entre outras obrigações:

- manutenção preventiva e corretiva dos veículos;
- nos casos de revisão programada ou manutenções de curta duração (prazo estimado inferior a 72 horas), poderá ser disponibilizado veículo substituto de categoria equivalente, preferencialmente da mesma marca e modelo ou superior;
- nos casos de avarias, sinistros ou indisponibilidade prolongada (prazo superior a 72 horas), a substituição deverá ocorrer obrigatoriamente por veículo da mesma marca e modelo do originalmente disponibilizado;
- gestão documental da frota;
- contratação e manutenção de seguro total dos veículos;
- assistência técnica e suporte operacional, ofertados na cidade de Goiânia – GO, necessários ao pleno funcionamento da frota durante toda a vigência contratual.

3.5. Os veículos deverão atender integralmente às exigências estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e nas normas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, devendo ser entregues em perfeitas condições de uso, conservação, funcionamento e segurança.

3.6. A CONTRATADA deverá comprovar, no ato da entrega inicial dos veículos à CONTRATANTE, que os veículos disponibilizados para execução ordinária do contrato estão registrados sob sua propriedade, não se admitindo que estejam em nome de outra empresa, ainda que integrante do mesmo grupo econômico.

3.6.1. A exigência prevista no item anterior justifica-se pela necessidade de assegurar que a CONTRATADA possua disponibilidade jurídica e operacional direta sobre a frota principal utilizada na execução do contrato, garantindo maior segurança à Administração quanto à gestão dos veículos, à regularidade documental, à manutenção, à cobertura securitária, à substituição da frota e à responsabilização integral da contratada durante a vigência contratual.

3.6.2. A exigência de propriedade prevista no item 3.6 não se aplica aos veículos substitutos utilizados temporariamente nas hipóteses de revisão programada, manutenção, pane, avaria, sinistro ou outra indisponibilidade eventual dos veículos principais, desde que tais veículos substitutos atendam às especificações mínimas previstas neste Termo de Referência, possuam cobertura securitária adequada, estejam com documentação regular e sejam disponibilizados sob integral responsabilidade da CONTRATADA.

3.6.3. A exceção prevista no item anterior justifica-se pelo caráter temporário e operacional dos veículos substitutos, cuja finalidade é assegurar a continuidade da prestação dos serviços e evitar interrupção da logística institucional, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA pela regularidade, segurança, manutenção, cobertura securitária e condições de uso desses veículos durante o período de substituição.

3.7. A locação dos veículos será realizada mediante disponibilização em regime contínuo, permanecendo os veículos à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Goiás durante toda a vigência contratual, para utilização nas atividades institucionais da Corte.

3.8. A solução adotada busca assegurar continuidade, segurança e eficiência no atendimento das demandas de deslocamento institucional, garantindo à Administração uma frota atualizada, com manutenção permanente dos veículos, além da redução dos encargos administrativos decorrentes da gestão direta de frota própria.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd', da Lei n. 14.133/2021)

4.1. A presente contratação visa assegurar que os veículos disponibilizados atendam integralmente às necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, observando-se os requisitos técnicos, operacionais e legais estabelecidos neste Termo de Referência.

4.2. DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2.1. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato.

4.2.2. O prazo acima refere-se exclusivamente à disponibilização inicial da frota, não se aplicando às substituições durante a execução contratual, que deverão observar os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.2.3. Os veículos disponibilizados para locação deverão atender integralmente às especificações contidas neste Termo de Referência, devendo ser entregues em **perfeitas condições de utilização, conservação, funcionamento, segurança e trafegabilidade**, observadas as exigências estabelecidas na legislação de trânsito vigente.

4.2.4. A CONTRATADA disponibilizará os veículos conforme as características técnicas e especificações apresentadas em sua proposta e aceitas pela Administração.

4.2.5. Os veículos deverão ser novos (zero quilômetro) e corresponder às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2.6. Os veículos serão objeto de vistoria no ato da entrega, ocasião em que serão registradas, em formulário próprio ou sistema equivalente, todas as observações relativas às condições gerais dos veículos.

4.2.7. A CONTRATADA deverá apresentar os veículos nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, situado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO, aos cuidados da Diretoria de Administração e do Serviço de Logística, no dia e horário previamente definidos para o início da execução contratual.

4.3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS

4.3.1. O ano de fabricação e o modelo dos veículos deverão corresponder às versões mais recentes disponíveis no mercado para o consumidor final na data da entrega e início da utilização, assegurando padrões atualizados de segurança, eficiência, conforto e confiabilidade.

4.3.2. Os veículos deverão possuir características compatíveis com veículos executivos destinados à utilização institucional permanente pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, observadas as condições gerais estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3.3. A contratação compreenderá o fornecimento de 09 (nove) veículos, sendo 04 (quatro) veículos sedan executivos e 05 (cinco) veículos utilitários esportivos – SUV, conforme especificações técnicas mínimas detalhadas no ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VEÍCULOS, que integra este Termo de Referência para todos os fins.

4.3.4. Para fins de definição de padrão mínimo de qualidade, adotam-se como modelos de referência:

- Toyota Corolla XEi 2.0 Flex (sedan executivo);
- Toyota Corolla Cross XRX 2.0 Flex (SUV executivo).

4.3.5. A indicação dos modelos de referência possui caráter meramente indicativo de padrão mínimo de qualidade e desempenho, sendo admitidos veículos equivalentes ou superiores.

4.3.6. Todos os veículos deverão atender às exigências estabelecidas na legislação de trânsito vigente, bem como às normas expedidas pelos órgãos reguladores competentes, incluindo o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

4.4. DA MANUTENÇÃO E TROCA DOS VEÍCULOS

4.4.1. Quando da sua entrega inicial, os veículos locados deverão ser novos, 0 (zero) quilômetro, devendo o ano e o modelo corresponder às versões mais recentes disponíveis no mercado para o consumidor final na data da entrega.

4.4.2. Em caso de renovação contratual, a frota locada deverá ser integralmente substituída por veículos novos, 0 (zero) quilômetro, cujos modelos deverão corresponder às versões mais recentes disponíveis no mercado na data da substituição, observadas as especificações mínimas previstas neste Termo de Referência.

4.4.3. A CONTRATADA terá prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do termo de renovação contratual, para proceder à substituição integral da frota disponibilizada.

4.4.4. Durante o prazo previsto no item anterior, a CONTRATADA deverá manter em plena operação os veículos anteriormente disponibilizados, sem interrupção da prestação dos serviços, até a efetiva entrega e aceite definitivo dos novos veículos pela Administração.

4.4.5. A substituição da frota em razão de renovação contratual deverá ocorrer de forma programada e coordenada com a fiscalização do contrato, de modo a não comprometer a continuidade da logística institucional do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

4.4.6. Somente após o recebimento e aceite dos novos veículos pela Administração será autorizada a retirada dos veículos anteriormente disponibilizados, ressalvadas situações excepcionais previamente autorizadas pelo gestor do contrato.

4.4.7. A CONTRATADA deverá fornecer relação completa dos veículos disponibilizados para a execução do contrato, contendo, no mínimo:

- modelo do veículo;
- ano de fabricação/modelo;
- número da placa;
- número do RENAVAM.

4.4.8. As informações previstas no item anterior deverão ser conferidas e ratificadas pelo representante do TCE-GO no ato da entrega dos veículos.

4.4.9. A CONTRATADA deverá ressarcir ao TCE-GO as despesas decorrentes de serviços emergenciais e imprescindíveis realizados nos veículos, desde que previamente autorizados pelo CONTRATANTE, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

4.4.10. O procedimento previsto no item anterior deverá ser observado também nas hipóteses de substituição de qualquer veículo da frota.

4.4.11. A CONTRATADA deverá manter os veículos devidamente licenciados e emplacados, às suas expensas, durante todo o período de vigência contratual, apresentando à fiscalização os documentos comprobatórios sempre que solicitado.

4.4.12. Em nenhuma hipótese o CONTRATANTE arcará com despesas a título de lucros cessantes decorrentes de indisponibilidade dos veículos.

4.4.13. Nos casos em que a substituição de veículo ultrapassar o prazo de 72 (setenta e duas) horas, o veículo disponibilizado em substituição deverá ser da mesma marca e modelo do substituído, possuir quilometragem igual ou inferior à do veículo originalmente disponibilizado, de modo a preservar o padrão de qualidade e as condições de uso da frota disponibilizada à Administração.

4.4.14. Em todas as substituições de veículos realizadas durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá realizar procedimento de verificação das condições do veículo (“check list veicular”), por meio de plataforma digital ou meio equivalente, contemplando tanto o veículo substituído quanto o veículo substituto.

4.4.15. O relatório gerado pelo sistema de verificação deverá ser disponibilizado à fiscalização do contrato, para fins de registro, acompanhamento e controle das condições da frota disponibilizada.

4.5. DO SEGURO

4.5.1. Os veículos disponibilizados deverão possuir seguro total, incluindo cobertura contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos a terceiros e danos morais, ficando estabelecido que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás não assumirá quaisquer responsabilidades ou ônus decorrentes de sinistros envolvendo os veículos locados.

4.5.2. O seguro deverá contemplar cobertura de responsabilidade civil facultativa para terceiros, bem como cobertura para Acidentes Pessoais de Passageiros – APP, com valor mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro, para os casos de morte ou invalidez permanente.

4.5.3. O valor mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro para cobertura de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP justifica-se como patamar mínimo de proteção securitária aos usuários dos veículos locados, compatível com a natureza institucional da utilização da frota, com a necessidade de mitigação de riscos decorrentes do transporte de membros desta Corte de Contas e com o padrão de cobertura usualmente adotado em contratações de locação de veículos com seguro total. A exigência possui caráter prudencial e não afasta a responsabilidade integral da CONTRATADA por eventuais danos, franquias, indenizações, despesas administrativas ou outros custos decorrentes de sinistros, nos termos deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

4.5.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de franquias, indenizações, despesas administrativas ou quaisquer outros custos decorrentes de sinistros, ainda que ocorridos nas dependências do Tribunal ou durante a utilização dos veículos pelos usuários autorizados.

4.5.5. Por ocasião da entrega dos veículos, a CONTRATADA deverá apresentar à Diretoria de Administração do TCE-GO cópias das respectivas apólices de seguro vigentes, bem como comprovação de sua renovação sempre que houver vencimento durante a execução contratual.

4.6. DA SUSTENTABILIDADE

4.6.1. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental aplicáveis às contratações públicas, adotando medidas que contribuam para a redução dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

4.6.2. A CONTRATADA deverá promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção dos veículos, incluindo óleos lubrificantes, filtros, pneus,

baterias, fluidos, peças substituídas e demais componentes automotivos, observada a legislação ambiental vigente e as normas aplicáveis ao setor automotivo.

4.6.3. Deverão ser observados, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, bem como demais normativos aplicáveis à matéria.

4.6.4. A CONTRATADA deverá observar, ainda, as diretrizes da Resolução Administrativa nº 25/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito interno desta Corte de Contas, especialmente quanto à adoção de práticas voltadas à racionalização do uso de recursos, redução de impactos ambientais e adequada gestão de resíduos decorrentes da execução contratual.

4.6.5. Sempre que realizar manutenção preventiva ou corretiva dos veículos, a CONTRATADA deverá adotar procedimentos compatíveis com as normas ambientais aplicáveis, responsabilizando-se integralmente pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, vedado qualquer descarte irregular ou em desconformidade com a legislação vigente.

4.7. SUBCONTRATAÇÃO

4.7.1. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘e’, da Lei n. 14.133/2021)

5.1. A execução do objeto ocorrerá mediante a disponibilização, pela CONTRATADA, de **09 (nove) veículos executivos, sendo 04 (quatro) veículos sedan executivos e 05 (cinco) veículos utilitários esportivos – SUV, novos (zero quilômetro), conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.**

5.2. Os veículos deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato, devendo ser entregues nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

5.3. No ato da entrega será realizada vistoria técnica dos veículos, ocasião em que serão verificadas suas condições de funcionamento, conservação, documentação e conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência.

5.4. Os veículos permanecerão à disposição do Tribunal durante toda a vigência contratual, para atendimento das atividades institucionais dos membros da Corte.

5.5. A CONTRATADA deverá garantir que os veículos permaneçam em perfeitas condições de funcionamento, conservação, limpeza e segurança, durante toda a execução contratual.

5.6. MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E ASSISTÊNCIA OPERACIONAL

5.6.1. A CONTRATADA será responsável pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias ao perfeito funcionamento dos veículos, incluindo substituição de peças, acessórios, pneus, filtros, fluidos e demais componentes.



5.6.2. Consideram-se como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, a substituição periódica de óleo do motor, filtros, pastilhas de freio, correias, fluidos e demais componentes necessários à manutenção da confiabilidade e segurança do veículo.

5.6.3. Consideram-se pequenos reparos aqueles de baixa complexidade e rápida execução, que não comprometam a segurança estrutural do veículo, tais como substituição de lâmpadas, fusíveis, palhetas de limpador de para-brisa, ajustes de acabamento interno, correção de ruídos, reaperto de componentes, reparos para conservação estética (“martelinho de ouro”), bem como outros serviços similares.

5.6.4. A CONTRATADA deverá providenciar a execução dos pequenos reparos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da comunicação formal pela Administração.

5.6.5. Sempre que a realização do reparo implicar indisponibilidade do veículo, deverá ser providenciada substituição imediata, nos termos dos prazos operacionais estabelecidos neste Termo de Referência.

5.6.6. Todos os custos decorrentes da execução dos pequenos reparos serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, vedado qualquer repasse à Administração.

5.6.7. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá providenciar veículo substituto da mesma marca e modelo do originalmente disponibilizado, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços. O veículo substituto deverá ser disponibilizado, preferencialmente, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, podendo, em situações excepcionais, ocorrer em outro local previamente definido pela Administração. A CONTRATADA deverá ser comunicada com antecedência mínima de 4 (quatro) horas para a retirada do veículo a ser substituído, podendo a devolução ocorrer no mesmo prazo, contado a partir do recebimento do veículo encaminhado para revisão, manutenção ou outra necessidade operacional.

5.6.8. Em caso de revisão programada, avaria mecânica ou indisponibilidade do veículo:

- na capital ou região metropolitana, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (duas) horas;
- no interior do Estado, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 06 (seis) horas.

5.6.9. Caso a substituição do veículo ultrapasse o prazo de 72 (setenta e duas) horas, o veículo disponibilizado deverá ser da mesma marca e modelo do originalmente substituído, com quilometragem igual ou inferior, de modo a preservar o padrão de qualidade da frota disponibilizada à Administração.

5.6.10. Em todas as substituições realizadas durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá realizar **procedimento de verificação das condições do veículo (“check list veicular”)**, contemplando o veículo substituído e o veículo substituto, disponibilizando o respectivo relatório à fiscalização do contrato.

5.6.11. O descumprimento dos prazos de substituição estabelecidos poderá ensejar aplicação de glosas e sanções administrativas, nos termos do contrato.

5.6.12. A CONTRATADA deverá manter estrutura operacional e suporte técnico suficientes, incluindo atendimento 24 (vinte e quatro) horas, para assistência aos veículos em caso de falhas mecânicas, acidentes, pane elétrica, avarias ou quaisquer outras situações que comprometam sua utilização.

5.7. GARANTIA MÍNIMA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.7.1. A CONTRATADA deverá assegurar a plena operacionalidade dos veículos disponibilizados durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias.

5.7.2. Sempre que forem identificados defeitos, falhas mecânicas ou qualquer situação que comprometa a segurança ou a utilização regular do veículo, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção do problema ou a substituição do veículo, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.7.3. A CONTRATADA será responsável pelo transporte de ida e volta dos veículos submetidos a reparos, revisões ou qualquer outro tipo de manutenção, tendo como referência a sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

5.8. GARANTIA CONTRATUAL

5.8.1. Como garantia do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.2. A exigência de garantia contratual justifica-se pela natureza continuada da prestação dos serviços, pela necessidade de assegurar a disponibilidade permanente da frota locada e pela relevância institucional do transporte dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, especialmente diante dos riscos operacionais relacionados à execução contratual, tais como atraso na entrega inicial dos veículos, indisponibilidade da frota, descumprimento dos prazos de substituição, falhas de manutenção, irregularidade documental, insuficiência de cobertura securitária ou inadimplemento de obrigações assumidas pela CONTRATADA.

5.8.3. A garantia contratual tem por finalidade resguardar a Administração quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e da responsabilidade da CONTRATADA por eventuais prejuízos que excedam o valor garantido.

5.8.4. A garantia poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, à escolha da CONTRATADA:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

5.8.5. A garantia deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, devendo ser renovada ou atualizada nas hipóteses de prorrogação contratual, alteração do valor do contrato ou qualquer outra situação que implique modificação do valor garantido, de forma a manter o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

5.8.6. A garantia prestada responderá pelo pagamento de multas decorrentes de infrações contratuais, bem como por eventuais prejuízos causados diretamente à Administração em razão do inadimplemento contratual, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que excedam o valor garantido.

5.8.7. Caso a garantia seja utilizada, total ou parcialmente, para pagamento de multas ou indenizações, a CONTRATADA deverá recompor o valor da garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da Administração.

5.8.8. A garantia será liberada ou restituída após o encerramento da execução contratual e a verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

5.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.9.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto contratual em estrita conformidade com as condições, especificações técnicas, prazos e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual, responsabilizando-se pela adequada prestação dos serviços durante toda a vigência do contrato, assegurando continuidade, eficiência, segurança e qualidade na execução.

5.9.2. É vedada à CONTRATADA a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, devendo a execução ocorrer exclusivamente por sua responsabilidade direta, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

5.9.3. Compete à CONTRATADA disponibilizar os veículos nas quantidades, características e condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que permaneçam, durante toda a execução contratual, em perfeitas condições de funcionamento, conservação, limpeza, segurança e trafegabilidade, observadas as exigências da legislação de trânsito vigente, devendo ser entregues devidamente licenciados, emplacados e com toda a documentação regularizada.

5.9.4. A CONTRATADA deverá assegurar que os veículos utilizados na execução contratual estejam sob sua disponibilidade jurídica e operacional, responsabilizando-se integralmente por sua utilização, gestão e substituição, garantindo plena capacidade de atendimento às demandas da Administração.

5.9.5. A CONTRATADA deverá manter atualizada a relação dos veículos disponibilizados para execução do contrato, contendo, no mínimo, modelo, ano de fabricação/modelo, placa e número do RENAVAM, devendo atualizar tais informações sempre que houver substituição de veículos.

5.9.6. A CONTRATADA deverá manter estrutura operacional adequada para atendimento em todo o Estado de Goiás, inclusive no interior, de modo a viabilizar a execução tempestiva de manutenções, substituições, assistência técnica, remoção de veículos e demais serviços

necessários, não sendo admitida qualquer limitação territorial que comprometa a execução contratual.

5.9.7. A CONTRATADA deverá manter frota reserva suficiente e compatível com o objeto contratado, de forma a assegurar a substituição imediata de veículos indisponíveis, garantindo a continuidade da prestação dos serviços independentemente da causa da indisponibilidade, seja por manutenção, avaria, sinistro, revisão, pane ou qualquer outra ocorrência.

5.9.8. A CONTRATADA será responsável pela realização, às suas expensas, de todas as manutenções preventivas e corretivas dos veículos, observando as condições, procedimentos e prazos estabelecidos no item 5.6 deste Termo de Referência.

5.9.9. Para fins de padronização e controle, consideram-se incluídas nas manutenções preventivas e corretivas, dentre outras necessárias, as atividades de troca de óleo do motor e câmbio, substituição de filtros de ar, óleo e combustível, manutenção e substituição de sistemas de freio, verificação e manutenção de suspensão, amortecedores, correias, sistemas elétricos e eletrônicos, bem como quaisquer intervenções necessárias à garantia da segurança, confiabilidade e desempenho dos veículos.

5.9.10. Compete à CONTRATADA realizar a adequada gestão dos pneus, abrangendo rodízio, balanceamento e alinhamento periódicos, bem como promover sua substituição sempre que apresentarem desgaste que comprometa a segurança. Os pneus deverão ser obrigatoriamente substituídos quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem atingir ou for inferior a 3 mm, ou quando apresentarem danos, deformações, perfurações, desgaste irregular ou qualquer outra condição que comprometa a segurança do veículo, em observância às normas técnicas aplicáveis. Incluem-se, ainda, dentre essas responsabilidades, os serviços de borracharia, alinhamento e balanceamento necessários à manutenção da segurança e do adequado desempenho dos veículos.

5.9.11. Após a realização de manutenções preventivas ou corretivas, a CONTRATADA deverá entregar o veículo devidamente limpo, em condições adequadas de uso e apresentação.

5.9.12. Sempre que houver indisponibilidade de veículo, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição observando obrigatoriamente os prazos operacionais estabelecidos no item 5.6 deste Termo de Referência, especialmente quanto à substituição de veículos no prazo máximo de 2 (duas) horas na capital e região metropolitana e de 6 (seis) horas no interior do Estado.

5.9.13. A CONTRATADA não fará jus ao faturamento dos períodos em que houver indisponibilidade de veículos sem a devida substituição nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.9.14. Nas substituições de veículos, a CONTRATADA deverá realizar procedimento de verificação das condições dos veículos (check list veicular), contemplando o veículo substituído e o substituto, devendo o respectivo relatório ser disponibilizado à fiscalização do contrato.

5.9.15. A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, o reboque dos veículos sempre que necessário, em todo o território nacional, bem como assegurar assistência técnica e operacional em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, abrangendo situações de pane, falha mecânica, elétrica, acidentes ou quaisquer outras que impeçam a utilização do veículo.



5.9.16. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou inconformidades, bem como atender prontamente às determinações da Administração, promovendo a imediata regularização de quaisquer falhas identificadas, observando os prazos operacionais estabelecidos no item 5.6 deste Termo de Referência, inclusive quanto aos atendimentos emergenciais e substituição de veículos.

5.9.17. A CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la perante o Tribunal de Contas do Estado de Goiás durante toda a execução contratual, o qual deverá ser sediado em Goiânia/GO e possuir disponibilidade integral (24 horas por dia, 7 dias por semana). Compete ao preposto acompanhar a execução dos serviços, receber comunicações da Administração e adotar, com presteza, todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive em situações de pane, sinistro, indisponibilidade ou necessidade de substituição de veículos.

5.9.18. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao gestor ou fiscal do contrato qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto ou a continuidade da prestação dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas no âmbito da execução contratual.

5.9.19. A CONTRATADA deverá permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeções nos veículos pela Administração, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança, limpeza e regularidade documental, devendo disponibilizar todos os documentos e informações necessários ao acompanhamento e fiscalização contratual.

5.9.20. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, responsabilizando-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo empregatício com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

5.9.21. A CONTRATADA deverá observar a vedação de contratação de servidores pertencentes ao quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Goiás durante a vigência do contrato.

5.9.22. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual, por ação ou omissão, dolo ou culpa, respondendo integralmente pelos prejuízos causados.

5.9.23. Compete à CONTRATADA assumir integralmente todos os custos relacionados à execução do contrato, incluindo, mas não se limitando, à manutenção, fornecimento de peças, pneus, tributos, taxas, licenciamentos, seguros, franquias, assistência técnica, remoção de veículos e quaisquer outros custos operacionais, não sendo devido à Administração qualquer ônus adicional.

5.9.24. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre quaisquer informações, dados ou documentos institucionais a que tiver acesso em razão da execução do contrato, sendo vedada sua divulgação ou utilização para finalidade diversa da execução contratual.

5.9.25. A CONTRATADA deverá aceitar os acréscimos ou supressões do objeto contratual que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.9.26. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados, podendo solicitar o ressarcimento junto ao TCE-GO, quando não quitadas diretamente pelo condutor responsável, desde que observados os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.9.27. Para fins de ressarcimento, a CONTRATADA deverá apresentar, de forma cumulativa, o comprovante de pagamento da infração, a documentação que comprove a utilização do veículo pelo Tribunal na data e horário da ocorrência e relatório contendo os dados da infração, incluindo número do auto, placa do veículo e valor.

5.9.28. Antes de efetuar o pagamento das multas, a CONTRATADA deverá aguardar a conclusão dos processos administrativos de defesa e recursos previstos na legislação de trânsito, quando cabíveis.

5.9.29. A CONTRATADA deverá encaminhar ao TCE-GO, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, as notificações de autuação recebidas, de modo a assegurar o exercício do contraditório e da ampla defesa.

5.9.30. Na hipótese de descumprimento do prazo de comunicação, a CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento das multas, taxas e demais despesas decorrentes da infração, inclusive remoção e estadia de veículos, não sendo devido qualquer ressarcimento por parte do CONTRATANTE.

5.10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.10.1. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado.

5.10.2. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.10.3. Fiscalizar a execução dos serviços, registrando eventuais ocorrências e notificando a CONTRATADA acerca de falhas ou irregularidades verificadas.

5.10.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações, condições e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.

5.10.5. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

5.10.6. Responsabilizar-se pelo abastecimento dos veículos.

5.10.7. Efetuar o ressarcimento das multas decorrentes de infrações de trânsito praticadas pelos condutores autorizados durante a utilização dos veículos, desde que previamente quitadas pela CONTRATADA, comprovada a responsabilidade do condutor e atendidos os requisitos e procedimentos estabelecidos nos itens 5.9.26 a 5.9.30 deste Termo de Referência.

5.10.8. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021)

6.1. A fiscalização e a gestão do contrato competirão, respectivamente, aos servidores Márcio Vieira da Silva e Suellen Carina Lopes de Queiroz, designados no artigo 13, inciso II, da Portaria nº 729/2025 do TCE-GO.

6.2. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

6.3. A comunicação entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a CONTRATADA deverá ocorrer preferencialmente por meio formal, admitindo-se a utilização de correio eletrônico institucional ou outro meio eletrônico que assegure o registro e a comprovação do recebimento, devendo tais comunicações ser juntadas ao processo administrativo da contratação.

6.4. COMPETE AO GESTOR DO CONTRATO:

I – acompanhar a execução global do contrato, zelando pelo cumprimento das cláusulas pactuadas;

II – coordenar a atuação do fiscal do contrato;

III – adotar as providências necessárias à formalização de termos aditivos, apostilamentos, prorrogações ou rescisões, quando cabíveis;

IV – decidir, no âmbito de sua competência, as questões administrativas decorrentes da execução contratual;

V – comunicar à autoridade competente ocorrências que extrapolem sua esfera de atuação;

VI – promover o registro formal das ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato.

6.5. COMPETE AO FISCAL DO CONTRATO:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando a conformidade dos serviços prestados com este Termo de Referência e com o contrato;

II - atestar mensalmente a regular prestação do serviço, para fins de medição e pagamento;

III - registrar, de forma sistemática, as ocorrências verificadas durante a execução contratual;

IV - solicitar à CONTRATADA a adoção de providências corretivas sempre que constatadas falhas ou irregularidades;

V - comunicar ao gestor do contrato eventuais descumprimentos contratuais;

VI - realizar o recebimento do objeto contratado, quando cabível, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

VII - propor, quando for o caso, a aplicação de sanções administrativas à CONTRATADA, observadas as formalidades legais.

6.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor e do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao Secretário de Administração do TCE-GO, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6.7. Além do acompanhamento e da fiscalização da entrega do objeto, o fiscal poderá, ainda, recusar o recebimento em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

6.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato (art. 120 da Lei nº 14.133/2021).

6.9. A fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato, bem como recusar o recebimento do objeto executado em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.10. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para o TCE-GO.

6.11. Sempre que necessário, a Administração poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que demandem atuação imediata ou esclarecimentos técnicos relacionados à execução do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei n. 14.133/2021)

7.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando a efetiva disponibilização dos veículos à Administração durante o período de referência.

7.2. Para fins de medição, será considerado como serviço prestado o período em que os veículos permanecerem disponíveis para utilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.3. A medição dos serviços será realizada pelo fiscal do contrato, com base na verificação da regularidade da execução contratual, incluindo a disponibilidade dos veículos e o cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

7.4. Eventuais indisponibilidades de veículos que não tenham sido regularizadas nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência poderão ensejar glosa proporcional no valor mensal devido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

7.5. O desconto será calculado proporcionalmente ao período de indisponibilidade do veículo, observado o valor mensal contratado.

7.6. RECEBIMENTO DO OBJETO

7.6.1. O objeto do contrato será recebido:

a) provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da efetiva entrega no Serviço de Logística/Diretoria de Administração do TCE-GO, mediante termo circunstanciado, para verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a verificação da conformidade dos veículos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e sua consequente aceitação.

7.6.2. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás reserva-se o direito de recusar o recebimento dos veículos cuja qualidade ou especificação não esteja em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

7.7. PAGAMENTO

7.7.1. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, após verificada a regular execução dos serviços.

7.7.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os serviços efetivamente prestados no período de referência, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

7.7.3. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização, desde que não haja pendências a serem regularizadas pela CONTRATADA.

7.7.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA na Nota Fiscal.

7.7.5. Antes da realização do pagamento, a Administração poderá verificar a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

7.7.6. Constatada qualquer irregularidade na documentação apresentada ou na execução dos serviços, o pagamento poderá ser suspenso até a regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7.7. O pagamento somente será autorizado após:

- a. emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- b. ateste formal do fiscal do contrato, com ciência do gestor do contrato;
- c. comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA;
- d. verificação da inexistência de pendências contratuais.

7.7.8. É expressamente vedado o pagamento sem a prévia e efetiva disponibilização dos veículos contratados, bem como sem a comprovação do início da prestação dos serviços.

7.7.9. Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade perante:

- a. Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- b. Fazenda Estadual e Municipal;
- c. FGTS;
- d. Justiça do Trabalho;
- e. demais exigências legais aplicáveis.

7.7.10. A verificação poderá ocorrer mediante consulta eletrônica aos sistemas oficiais.

7.7.11. Não serão efetuados pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações contratuais ou aplicação de penalidades administrativas.

7.7.12. A Nota Fiscal/Fatura somente será aceita após confirmação formal da execução contratual.

7.7.13. Havendo erro na documentação fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA para regularização, suspendendo-se o prazo para pagamento até a correção das inconsistências, sem ônus para a Administração.

7.7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.7.15. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.7.16. Caso sejam identificadas falhas relevantes na execução dos serviços ou nas condições dos veículos disponibilizados, a Administração poderá determinar a correção imediata, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em conta indicada pela CONTRATADA na Nota Fiscal.

7.7.18. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

7.8. ENCARGOS POR ATRASO DE PAGAMENTO

7.8.1. No caso de atraso de pagamento por parte da CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para o atraso, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.8.2. Os encargos serão calculados pela fórmula:

7.8.3. $EM = I \times N \times VP$

Onde:

- EM = Encargos moratórios devidos;
- N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- I = Índice de compensação financeira (0,00016438);
- VP = Valor da parcela em atraso.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, nos termos do inciso XLI do art. 6º e do art. 28 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência.

8.2. A adoção do pregão eletrônico observa os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e transparência, assegurando ampla participação de interessados e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.3. O julgamento das propostas será realizado pelo **critério de menor preço global**, considerando o fornecimento integrado dos serviços de locação dos veículos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.4. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

8.4.1. A vedação à participação de consórcios justifica-se pelas características do objeto, que consiste na prestação de serviço comum de locação de veículos executivos, sem motorista e sem combustível, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, não envolvendo alta complexidade técnica, vulto econômico excepcional ou necessidade de conjugação de capacidades empresariais distintas para sua execução.

8.4.2. A execução do objeto demanda, essencialmente, disponibilidade operacional de frota, manutenção preventiva e corretiva, seguro, assistência 24 horas, regularização documental e substituição de veículos quando necessário, atividades usualmente desempenhadas por empresas especializadas do próprio ramo de locação de veículos.

8.4.3. A admissão de consórcio poderia aumentar a complexidade da gestão contratual, dificultar a individualização de responsabilidades entre as empresas consorciadas e comprometer a eficiência da fiscalização, especialmente quanto à manutenção, substituição, cobertura securitária, regularização documental e responsabilização por eventuais falhas na execução.

8.4.4. Considerando que o objeto pode ser executado integralmente por empresa especializada do setor, sem necessidade de associação empresarial para viabilizar a prestação dos serviços, entende-se que a vedação à participação de consórcios é adequada, proporcional e compatível com o interesse público, sem prejuízo da ampla competitividade do certame.

8.5. Não será aplicada reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte.

8.6. O objeto da contratação constitui solução indivisível, cuja fragmentação poderia comprometer a eficiência operacional, a padronização da frota e a adequada gestão contratual.

8.7. A divisão do objeto em cotas poderia resultar na celebração de múltiplos contratos para prestação de serviços de locação de veículos, o que acarretaria aumento da complexidade administrativa, dificuldades na gestão da frota institucional e possíveis prejuízos à economicidade e à eficiência da contratação.

8.8. Dessa forma, aplica-se a exceção prevista no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, segundo a qual o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte não será aplicado quando não for vantajoso para a Administração ou quando representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

8.9. Ressalta-se que microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar normalmente da licitação, observadas as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

8.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.10.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a comprovação da qualificação técnica visa assegurar que a licitante possua experiência prévia compatível com a natureza, a complexidade e a dimensão do objeto da contratação.

8.10.2. A exigência de qualificação técnica justifica-se pela necessidade de assegurar que a futura contratada detenha experiência na prestação de serviços de locação de veículos, de modo

a reduzir riscos relacionados à indisponibilidade da frota, falhas de manutenção, atraso na substituição de veículos, deficiência de assistência operacional e descumprimento das obrigações contratuais.

8.10.3. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

8.10.4. Os atestados deverão demonstrar experiência na prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem motorista, com disponibilização contínua da frota, manutenção preventiva e corretiva, assistência operacional e substituição de veículos, em características compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

8.10.5. Para fins de comprovação da aptidão técnica, considerando que o objeto contempla a locação de 09 (nove) veículos, será exigida experiência anterior na locação de, no mínimo, 05 (cinco) veículos automotores, correspondente a aproximadamente 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto para a presente contratação, admitido o somatório de atestados.

8.10.6. Os atestados deverão conter, no mínimo:

- a) identificação do emitente, com razão social e CNPJ;
- b) identificação da licitante;
- c) descrição do objeto executado;
- d) quantitativo de veículos locados;
- e) período de execução contratual;
- f) declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

8.10.7. Será admitido o somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo exigido, desde que os serviços tenham características compatíveis com o objeto desta contratação e demonstrem a capacidade operacional da licitante.

8.10.8. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.11.1. A qualificação econômico-financeira tem por finalidade demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, considerando tratar-se de serviço continuado de locação de veículos executivos, com necessidade de disponibilização permanente da frota, manutenção preventiva e corretiva, cobertura securitária, assistência

operacional, substituição de veículos quando necessário e assunção dos demais encargos operacionais previstos neste Termo de Referência.

8.11.2. A exigência de qualificação econômico-financeira justifica-se pela necessidade de mitigar riscos de inadimplemento contratual, descontinuidade da prestação dos serviços, insuficiência de capacidade financeira para manutenção da frota, atraso na substituição de veículos, ausência de regularização documental, insuficiência de cobertura securitária ou descumprimento das obrigações operacionais assumidas pela futura contratada.

8.11.3. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 69, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

I – balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei;

II – certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.11.4. Os documentos exigidos no inciso I do item anterior serão limitados ao último exercício social no caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.11.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.11.6. A comprovação da boa situação financeira da licitante será aferida mediante obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG):

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

Solvência Geral (SG):

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

8.11.7. Para atendimento da qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar resultado igual ou superior a 1,0 nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

8.11.8. Para fins de aferição dos índices mencionados no item anterior, será considerado o resultado do último exercício social apresentado.

8.11.9. A exigência dos índices contábeis justifica-se pela necessidade de avaliar, de forma objetiva, a capacidade da licitante de suportar os encargos financeiros da execução contratual, inclusive aqueles relacionados à disponibilização da frota, manutenção preventiva e corretiva, seguros, assistência operacional, substituição de veículos e demais custos necessários à continuidade dos serviços.

8.11.10. Verificado erro de cálculo dos índices econômico-financeiros, caberá ao Agente de Contratação promover diligência para correção, desde que não haja alteração da substância dos documentos apresentados.

8.12. HABILITAÇÕES JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.12.1. Nos moldes do art. 66, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA será exigido, cujos documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971; e

8.12.2. Nos moldes do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será exigido:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás (art. 88, da Lei estadual nº 17.928/2012);
- i) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.13. AMOSTRA

8.13.1. Não será exigida apresentação de amostra, considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços de locação de veículos, cuja avaliação ocorrerá por meio da verificação das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

8.14. GARANTIA DA PROPOSTA

8.14.1. Não será exigida garantia da proposta, considerando a natureza do objeto e o valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei n. 14.133/2021)

9.1. A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Estadual nº 9.900/2021, mediante pesquisa de preços fundamentada em múltiplas fontes, incluindo propostas comerciais atualizadas e contratações públicas similares extraídas do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

9.2. A metodologia adotada baseou-se na análise comparativa de objetos equivalentes, considerando a locação de veículos executivos, dos tipos sedan e utilitário esportivo – SUV, sem motorista e sem combustível, com inclusão de manutenção, seguro e demais custos operacionais, em regime de disponibilização contínua.

9.3. Considerando a composição mista da frota, formada por veículos sedan executivos e veículos utilitários esportivos – SUV, a estimativa foi segregada por categoria de veículo, evitando distorções estatísticas decorrentes da utilização de valor médio único para objetos com características e preços distintos.

9.4. Para os veículos sedan executivos, adotou-se a mediana dos preços válidos coletados, correspondente a R\$ 6.175,00 por veículo/mês.

9.5. Para os veículos utilitários esportivos – SUV, adotou-se a mediana dos preços válidos coletados, correspondente a R\$ 7.225,00 por veículo/mês.

9.6. Considerando a contratação de 04 (quatro) veículos sedan executivos e 05 (cinco) veículos utilitários esportivos – SUV, pelo período de 12 (doze) meses, tem-se:

- Valor mensal estimado: R\$ 60.825,00;
- Valor anual estimado: R\$ 729.900,00.

9.7. A memória de cálculo e as fontes utilizadas encontram-se detalhadas no Orçamento Estimativo, que integra o presente Termo de Referência.

9.8. REAJUSTE

9.8.1. O reajuste contratual observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimativo, fixada em 8 de maio de 2026, nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

9.8.2. O reajuste será calculado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas, para o presente exercício, na seguinte dotação orçamentária: 2026.0201.01.032.4200.4215.03.25000100.90.0000, bem como classificada na Natureza de Despesa 3.3.90.33.04 – Locação de Meios de Transporte para Deslocamento de Pessoal em Serviço Técnico-Administrativo.

10.2. Para o exercício seguinte, a despesa será alocada em dotação Orçamentária própria para o atendimento dessa finalidade, a ser consignada na lei Orçamentária Anual.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas durante a execução do contrato serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo e, ainda, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, de forma escrita, conforme exigido pela legislação aplicável à execução do presente instrumento.

11.2. O presente instrumento obriga as partes contratantes e seus sucessores, que, na falta delas, responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento.

11.3. Independentemente de declaração expressa, a simples participação na licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente Termo de Referência e submissão total às normas nele contidas.

11.4. A licitante deverá informar em sua proposta, ou encaminhar posteriormente, o nome e o número de telefone da pessoa responsável pela execução do contrato, para fins de comunicação com a Administração, caso seja declarada vencedora do certame.

11.5. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

- ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VEÍCULOS
- ANEXO II – ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

12.1. Conforme o inciso XI, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:



- Integrante requisitante: Márcio Vieira da Silva;
- Integrante técnico: Márcio Vieira da Silva; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 03 de junho de 2026.

MÁRCIO VIEIRA DA SILVA

CHEFE DO SERVIÇO DE LOGÍSTICA

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VEÍCULOS

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos executivos, dos tipos sedan e utilitário esportivo – SUV, sem motorista e sem combustível, destinados ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

2. QUANTITATIVO

Deverão ser disponibilizados 09 (nove) veículos executivos, sendo:

- 04 (quatro) veículos do tipo sedan executivo;
- 05 (cinco) veículos utilitários esportivos – SUV.

3. VEÍCULOS SEDAN EXECUTIVOS

3.1. Características Gerais

Os veículos sedan executivos deverão atender, no mínimo, às seguintes características:

- veículo sedan executivo;
- capacidade para 05 (cinco) ocupantes;
- veículos novos (zero quilômetro);
- ano/modelo correspondente à versão mais recente disponível no mercado na data da entrega;
- modelo de referência: Toyota Corolla XEi 2.0 Flex 2026.

3.2. Motorização e Desempenho

Os veículos sedan deverão possuir, no mínimo:

- motor 2.0 flex ou superior;
- potência mínima de 170 cv;
- torque compatível com a motorização ofertada e categoria do veículo;
- tanque de combustível com capacidade mínima de 45 litros;
- porta-malas com capacidade mínima de 450 litros.

3.3. Transmissão e Direção

Os veículos sedan deverão possuir:

- transmissão automática tipo CVT ou equivalente;
- modo sequencial ou recurso equivalente de trocas manuais;
- direção eletroassistida progressiva (EPS) ou equivalente.

3.4. Segurança

Os veículos sedan deverão possuir, no mínimo:

- freios a disco nas rodas dianteiras e traseiras;
- sistema ABS com EBD e BAS, ou tecnologias equivalentes;
- controle eletrônico de estabilidade veicular (VSC) e controle eletrônico de tração (TRC), ou sistemas equivalentes;
- assistente de partida em rampa;
- no mínimo 07 (sete) airbags;
- cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes;
- apoio de cabeça para todos os ocupantes;
- sistema de monitoramento da pressão dos pneus;
- câmera de ré;
- sensores de estacionamento dianteiros e traseiros;
- faróis dianteiros e lanternas traseiras em LED ou tecnologia equivalente;
- sistema de controle de velocidade de cruzeiro;
- sistema de assistência de permanência em faixa ou equivalente;
- sistema de frenagem automática de emergência ou equivalente.

3.5. Equipamentos e Conforto

Os veículos sedan deverão possuir, no mínimo:

- ar-condicionado digital automático;
- central multimídia com tela sensível ao toque;
- sistema de espelhamento de smartphone compatível com Android Auto e Apple CarPlay;
- chave presencial;
- sistema de partida por botão (keyless);
- bancos revestidos em couro ou material equivalente de padrão superior;
- rodas de liga leve compatíveis com a categoria do veículo;
- espelhos retrovisores com ajuste elétrico;
- vidros elétricos em todas as portas;
- travas elétricas das portas com controle remoto;
- coluna de direção com regulagem de altura e profundidade;
- indicador de velocidade, temperatura do motor e hodômetro parcial e total;
- para-choques na cor do veículo;
- para-sol para motorista e passageiro;
- faróis de neblina.

3.6. Itens Complementares

Os veículos sedan deverão ainda possuir, no mínimo:

- antena compatível com o sistema de áudio e comunicação do veículo;
- chave de roda, macaco hidráulico compatível e pneu estepe em condições de uso, conforme especificações do fabricante;
- tapetes internos para todas as posições;
- manual do proprietário em língua portuguesa;



- conjunto de ferramentas e acessórios obrigatórios exigidos pelo fabricante e pela legislação de trânsito vigente;
- isolamento termoacústico compatível com a categoria e padrão executivo do veículo;
- película de proteção solar nos vidros (insulfilm) de alta performance, aplicada em todos os os vidros do veículo, observando-se:
 - a) transmitância luminosa mínima de 70% (setenta por cento) para o para-brisa e demais vidros indispensáveis à dirigibilidade do veículo;
 - b) transmitância luminosa máxima permitida para os demais vidros, conforme legislação de trânsito vigente;
 - c) conformidade com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e demais órgãos reguladores competentes.

Todos os equipamentos e acessórios deverão ser originais de fábrica ou homologados pelo fabricante do veículo.

Os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados, emplacados, higienizados e em perfeitas condições de uso e funcionamento.

3.7. Padrão de Cores

Os veículos sedan executivos deverão ser disponibilizados nas seguintes cores:

- 01 (um) veículo sedan na cor prata;
- 02 (dois) veículos sedan na cor preta;
- 01 (um) veículo sedan na cor branca.

4. VEÍCULOS UTILITÁRIOS ESPORTIVOS – SUV

4.1. Características Gerais

Os veículos utilitários esportivos – SUV deverão atender, no mínimo, às seguintes características:

- veículo utilitário esportivo – SUV;
- capacidade para 05 (cinco) ocupantes;
- veículos novos (zero quilômetro);
- ano/modelo correspondente à versão mais recente disponível no mercado na data da entrega;
- modelo de referência: Toyota Corolla Cross XRX 2.0 Flex 2026.

4.2. Motorização e Desempenho

Os veículos SUV deverão possuir, no mínimo:

- motor 2.0 flex ou superior;
- potência mínima de 175 cv;
- torque compatível com a motorização ofertada e categoria do veículo;
- tanque de combustível com capacidade mínima de 47 litros;
- porta-malas com capacidade mínima de 440 litros.

4.3. Transmissão e Direção

Os veículos SUV deverão possuir:

- transmissão automática tipo CVT ou equivalente;
- modo sequencial ou recurso equivalente de trocas manuais;
- seletor de modo de condução ou tecnologia equivalente;
- direção eletroassistida progressiva (EPS) ou equivalente.

4.4. Segurança

Os veículos SUV deverão possuir, no mínimo:

- freios a disco nas rodas dianteiras e traseiras;
- sistema ABS com EBD e BAS, ou tecnologias equivalentes;
- controle eletrônico de estabilidade veicular (VSC) e controle eletrônico de tração (TRC), ou sistemas equivalentes;
- assistente de partida em rampa;
- no mínimo 07 (sete) airbags;
- cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes;
- apoio de cabeça para todos os ocupantes;
- sistema de monitoramento da pressão dos pneus;
- câmera de ré;
- sensores de estacionamento dianteiros e traseiros;
- faróis dianteiros e lanternas traseiras em LED ou tecnologia equivalente;
- sistema de frenagem automática de emergência com detecção de obstáculos;
- controle de velocidade de cruzeiro adaptativo;
- sistema de assistência de permanência em faixa ou equivalente;
- sistema de alerta de ponto cego (BSM) ou equivalente;
- assistente automático de farol alto (AHB) ou equivalente;
- sistema de alerta de tráfego cruzado traseiro ou equivalente;
- sistema de câmeras com visão ampliada do entorno do veículo (visão 360° ou equivalente).

4.5. Equipamentos e Conforto

Os veículos SUV deverão possuir, no mínimo:

- ar-condicionado digital automático dual zone;
- central multimídia com tela sensível ao toque de, no mínimo, 10 polegadas;
- sistema de espelhamento de smartphone compatível com Android Auto e Apple CarPlay;
- conectividade sem fio para espelhamento, sempre que disponível;
- chave presencial;
- sistema de partida por botão (keyless);
- banco do motorista com regulagem elétrica;
- bancos revestidos em couro ou material equivalente de padrão superior;
- rodas de liga leve aro 18 ou superior;
- espelhos retrovisores com ajuste elétrico;
- retrovisores rebatíveis eletricamente;
- espelho retrovisor interno antiofuscante;
- vidros elétricos em todas as portas;



- travas elétricas das portas com controle remoto;
- coluna de direção com regulagem de altura e profundidade;
- indicador de velocidade, temperatura do motor e hodômetro parcial e total;
- para-choques na cor do veículo;
- para-sol para motorista e passageiro;
- faróis de neblina;
- sistema de abertura e fechamento elétrico do porta-malas;
- sistema de carregamento de dispositivos móveis sem fio ou equivalente.

4.6. Itens Complementares

Os veículos SUV deverão ainda possuir, no mínimo:

- antena compatível com o sistema de áudio e comunicação do veículo;
- chave de roda, macaco hidráulico compatível e pneu estepe em condições de uso, conforme especificações do fabricante;
- tapetes internos para todas as posições;
- manual do proprietário em língua portuguesa;
- conjunto de ferramentas e acessórios obrigatórios exigidos pelo fabricante e pela legislação de trânsito vigente;
- isolamento termoacústico compatível com a categoria e padrão executivo do veículo;
- película de proteção solar nos vidros (insulfilm) de alta performance, aplicada em todos os vidros do veículo, observando-se:
 - a) transmitância luminosa mínima de 70% (setenta por cento) para o para-brisa e demais vidros indispensáveis à dirigibilidade do veículo;
 - b) transmitância luminosa máxima permitida para os demais vidros, conforme legislação de trânsito vigente;
 - c) conformidade com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e demais órgãos reguladores competentes.

Todos os equipamentos e acessórios deverão ser originais de fábrica ou homologados pelo fabricante do veículo.

Os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados, emplacados, higienizados e em perfeitas condições de uso e funcionamento.

4.7. Padrão de Cores

Os veículos SUV deverão ser disponibilizados nas seguintes cores:

- 03 (três) veículos SUV na cor prata;
- 02 (dois) veículos SUV na cor preta.

5. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS

Os veículos deverão conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente, especialmente aqueles previstos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, em perfeito estado de funcionamento e conservação.

Todos os equipamentos obrigatórios deverão estar devidamente instalados, operacionais e compatíveis com as especificações do fabricante do veículo.

A ausência, defeito ou inadequação de qualquer equipamento obrigatório será considerada irregularidade na execução contratual, sujeitando a CONTRATADA às medidas administrativas cabíveis previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá assegurar a manutenção e regularidade dos equipamentos obrigatórios, responsabilizando-se integralmente pela substituição ou reparo em caso de defeito, desgaste ou avaria.

6. CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os veículos deverão ser entregues:

- devidamente licenciados e emplacados;
- com toda a documentação regularizada e válida;
- em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e funcionamento;
- higienizados interna e externamente;
- com tanque de combustível completamente abastecido no início da disponibilização do veículo à Administração.

7. SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS

Em caso de substituição de veículos durante a execução contratual, deverão ser observadas as seguintes condições:

- o veículo substituto deverá possuir características equivalentes ou superiores às especificadas neste Termo de Referência;
- nos casos de revisão programada ou manutenções de curta duração, poderá ser disponibilizado veículo substituto de categoria equivalente, preferencialmente da mesma categoria e padrão do veículo originalmente disponibilizado;
- quando a substituição ultrapassar 72 (setenta e duas) horas, o veículo disponibilizado deverá possuir características equivalentes ao veículo substituído, observadas as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência;
- o veículo substituto deverá possuir quilometragem igual ou inferior à do veículo substituído, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas e previamente comunicadas à Administração.

8. INSPEÇÃO E CHECK-LIST

Nas situações de substituição de veículos, a CONTRATADA deverá realizar check-list veicular em plataforma digital ou meio equivalente, contemplando:



- identificação do veículo substituído;
- identificação do veículo substituto;
- registro fotográfico das condições gerais dos veículos;
- quilometragem;
- condições aparentes de conservação;
- eventuais avarias existentes.

O relatório do check-list deverá ser disponibilizado ao gestor ou fiscal do contrato imediatamente após a substituição do veículo.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO IV

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

1. Objeto

O presente Orçamento Estimativo tem por finalidade subsidiar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos executivos, dos tipos sedan e utilitário esportivo – SUV, sem motorista e sem combustível, destinados ao transporte dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás no exercício de suas atividades institucionais.

A contratação contempla a disponibilização de **09 (nove) veículos**, pelo período de 12 (doze) meses, sendo **04 (quatro) veículos sedan executivos e 05 (cinco) veículos utilitários esportivos – SUV**, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total, assistência 24 horas, substituição de veículos quando necessário e demais serviços necessários à plena operacionalização da frota.

2. Fundamentação

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Estadual nº 9.900/2021, mediante pesquisa de preços fundamentada em múltiplas fontes, de modo a refletir os valores praticados no mercado para objetos similares.

Foram consideradas, para composição da estimativa, propostas comerciais formais obtidas junto a fornecedores do ramo e contratações públicas similares, extraídas de órgãos e entidades da Administração Pública, com objetos equivalentes ou comparáveis quanto à natureza dos serviços, características dos veículos, ausência de motorista, inclusão de manutenção, seguro e regime de pagamento mensal.

Considerando que a contratação passou a contemplar veículos de categorias distintas, optou-se pela segregação da pesquisa de preços por tipo de veículo, de forma a evitar distorções estatísticas e assegurar maior aderência entre o preço estimado e o objeto efetivamente pretendido.

3. Metodologia adotada para estimativa do valor

A estimativa foi realizada por meio da metodologia da cesta de preços, com análise separada para:

- a) veículos sedan executivos;
- b) veículos utilitários esportivos – SUV.

Foram observados os seguintes critérios de comparabilidade:

- compatibilidade do objeto com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência;
- ausência de fornecimento de motorista;
- inclusão de manutenção preventiva e corretiva;
- inclusão de seguro e demais encargos operacionais;
- regime de pagamento mensal por veículo;
- vigência contratual anual ou passível de equivalência anual.

Diante da existência de valores oriundos de contratações públicas e propostas comerciais, adotou-se a mediana como parâmetro para definição do valor estimado dos veículos sedan executivos e dos veículos utilitários esportivos – SUV, por se tratar de medida menos sensível a valores extremos e mais representativa da realidade de mercado.

4. Tabela consolidada da pesquisa de preços

4.1. Veículos sedan executivo

Fonte	Órgão/Empresa	Quantidade de veículos	Valor unitário mensal
Contratação pública	Prefeitura Municipal de Salvador	4	R\$ 6.100,00
PNCP/Contratação pública	Município do Recife	2	R\$ 6.363,77
PNCP/Contratação pública	Secretaria Municipal das Subprefeituras/SP	2	R\$ 6.249,99
PNCP/Contratação pública	Câmara Municipal de Cubatão/SP	6	R\$ 6.100,00

4.2. Valores unitários mensais por veículos

Fonte	Órgão/Empresa	Quantidade de veículos	Valor unitário mensal (R\$)
PNCP	SECAMI – GO	25	6.290,00
PNCP	Prefeitura Municipal de Salvador	2	6.500,00
PNCP	Casa Militar – ES	18	6.511,11
PNCP	Secretaria de Obras Públicas – RS	1	7.225,00
Mercado	Grupo Achei	9	9.000,00
Mercado	Suporte	9	9.750,00

Mercado	Transvepar	9	11.000,00
---------	------------	---	-----------

5. Tratamento dos Dados

Durante a consolidação da pesquisa de preços, foram adotados critérios técnicos para assegurar a comparabilidade e a confiabilidade das referências utilizadas.

Foram consideradas válidas as referências que apresentaram compatibilidade razoável com o objeto pretendido, especialmente quanto à locação mensal de veículos executivos, sem motorista, com inclusão de manutenção preventiva e corretiva, seguro total e demais custos operacionais inerentes à execução contratual.

No caso dos **veículos sedan executivos**, foram consideradas referências públicas compatíveis com o objeto pretendido, obtidas a partir de contratações administrativas relativas à locação de veículos executivos tipo sedan, sem motorista, com manutenção, seguro e demais encargos operacionais inclusos, dentre as quais se destaca **contratação contemplando expressamente o modelo Toyota Corolla XEi automático**, aderente ao padrão técnico pretendido para a presente contratação.

No caso dos **veículos utilitários esportivos – SUV**, foram consideradas referências públicas e propostas comerciais relativas à locação de veículos utilitários esportivos de padrão executivo ou de representação, com características equivalentes ou comparáveis às exigidas no Termo de Referência.

6. Análise estatística

6.1. Veículos sedan executivos

Para os veículos sedan executivos, foram consideradas referências públicas compatíveis com o objeto pretendido, obtidas a partir de contratações administrativas relativas à locação de veículos executivos tipo sedan, sem motorista, com manutenção, seguro e demais encargos operacionais inclusos.

Os valores válidos identificados foram os seguintes:

- R\$ 6.100,00;
- R\$ 6.100,00;
- R\$ 6.249,99;
- R\$ 6.363,77.

Considerando a proximidade entre os valores coletados e visando conferir maior representatividade estatística à estimativa, adotou-se a mediana como medida de tendência central para definição do valor estimado dos veículos sedan executivos.

A mediana corresponde ao valor de **R\$ 6.175,00** por veículo/mês.

6.2. Veículos utilitários esportivos – SUV

Os valores válidos para veículos SUV foram organizados em ordem crescente:



- R\$ 6.290,00;
- R\$ 6.500,00;
- R\$ 6.511,11;
- R\$ 7.225,00;
- R\$ 9.000,00;
- R\$ 9.750,00;
- R\$ 11.000,00.

Considerando a dispersão dos valores coletados, **adotou-se a mediana como medida de tendência central para definição do valor estimado dos veículos SUV.**

A mediana corresponde a **R\$ 7.225,00 por veículo/mês.**

7. Valor estimado da contratação

Considerando a análise técnica das referências válidas coletadas, fixam-se os seguintes valores estimados:

- **veículo sedan executivo: R\$ 6.175,00 por veículo/mês;**
- **veículo utilitário esportivo – SUV: R\$ 7.225,00 por veículo/mês.**

7.1. Memória de cálculo

Veículos sedan executivos:

4 veículos x R\$ 6.175,00 = R\$ 24.700,00 mensais

Veículos utilitários esportivos – SUV:

5 veículos x R\$ 7.225,00 = R\$ 36.125,00 mensais

Valor mensal estimado da contratação:

R\$ 24.700,00 + R\$ 36.125,00 = R\$ 60.825,00

Valor anual estimado da contratação:

R\$ 60.825,00 x 12 = R\$ 729.900,00

8. Valor global estimado

O valor global estimado da contratação é de **R\$ 729.900,00 (setecentos e vinte e nove mil e novecentos reais).**

O valor estimado contempla integralmente:

- locação de 04 (quatro) veículos sedan executivos;
- locação de 05 (cinco) veículos utilitários esportivos – SUV;
- manutenção preventiva e corretiva;
- seguro total dos veículos;
- assistência 24 horas;
- substituição de veículos quando necessário;
- regularização documental;
- demais encargos necessários à plena execução contratual.

9. Conclusão

Diante dos elementos constantes dos autos, conclui-se que o orçamento estimativo foi elaborado de forma regular, fundamentada e aderente à realidade do mercado, com base em pesquisa de preços realizada a partir de múltiplas fontes, incluindo contratações públicas similares e propostas comerciais obtidas junto a fornecedores do setor.

A separação da estimativa por categoria de veículo mostrou-se necessária em razão da composição mista da frota, formada por veículos sedan executivos e utilitários esportivos – SUV, evitando a utilização de valor médio único para objetos com características e preços distintos.

Para os veículos sedan executivos, adotou-se a mediana dos preços válidos coletados, correspondente a **R\$ 6.175,00 por veículo/mês**, considerando referências públicas compatíveis com o objeto pretendido e aderentes ao padrão técnico estabelecido para a presente contratação.

Para os veículos SUV, adotou-se a mediana dos preços válidos coletados, correspondente a **R\$ 7.225,00 por veículo/mês**, por se tratar de medida estatística adequada em cenário de dispersão de valores, reduzindo a influência de extremos e conferindo maior representatividade à estimativa.

Dessa forma, entende-se que o valor global estimado de **R\$ 729.900,00 (setecentos e vinte e nove mil e novecentos reais)** é tecnicamente justificado, razoável e suficiente para subsidiar a presente contratação, atendendo às disposições do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 9.900/2021, bem como às boas práticas de governança em contratações públicas.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Goiânia, 8 de maio de 2026

Márcio Lemos Pinto Coelho Júnior
Assessor

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026

Contrato de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos executivos, dos tipos sedan e utilitário esportivo (SUV), sem fornecimento de motorista e sem combustível, destinados ao atendimento das demandas de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, na sede administrativa do TCE-GO, que entre si celebram o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e a empresa **(nome da empresa em negrito)**.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 02.291.730/0001-14, com sede na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia–GO – CEP: 74.674-015, neste ato representado por seu **Presidente, Conselheiro Helder Valin Barbosa**.

CONTRATADA: **[Nome da empresa contratada]**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX, localizada no (a) XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, conforme ato homologatório exarado no Despacho nº XXX, de XXXX de XXXXX de 2026, da Presidência do TCE-GO, nos autos do **Processo TCE-GO nº 202600047001183**, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a IN nº 73/2022, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de locação de veículos executivos, dos tipos sedan e utilitário esportivo (SUV), sem fornecimento de motorista e sem combustível, destinados ao atendimento das demandas de deslocamento dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, quando no exercício de suas competências constitucionais e institucionais, conforme especificações e quantitativos a seguir discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	<ul style="list-style-type: none"> Tipo: SUV (Sport Utility Vehicle); Capacidade: 05 (cinco) ocupantes; Condição: veículos novos (zero quilômetro); Ano/modelo: o mais recente disponível no mercado na data da entrega. 	un	5	R\$	R\$
2	<ul style="list-style-type: none"> Tipo: veículo sedan executivo; capacidade para 05 (cinco) ocupantes; veículos novos (zero quilômetro); ano/modelo correspondente à versão mais recente disponível no mercado na data da entrega. 	un	4	R\$	R\$

VALOR TOTAL DO CONTRATO	R\$
--------------------------------	------------

1.2. Fazem parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Eletrônico nº 17/2026 e seus anexos.
- Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA DE ENTREGA E GARANTIA

2.1. Os serviços deverão ser executados conforme especificações técnicas definidas pela Contratante, na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizada na Av. Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO, em horário comercial, podendo ser determinado que os mesmos sejam executados no período noturno, aos sábados, domingos e/ou feriados, caso a necessidade dos serviços assim requererem, de comum acordo entre a Contratada e a Fiscalização.

2.2. O prazo máximo para a disponibilização dos veículos será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento pela Administração, devendo ser entregues nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

2.3. Constatada a ocorrência de divergência na especificação técnica do produto ofertado ou qualquer outro defeito apresentado durante o transporte e a entrega, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar a substituição do mesmo em até 48 horas, contados a partir da notificação da ocorrência por parte da CONTRATANTE, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação vigente, neste edital e no instrumento contratual.

2.4. Eventuais despesas de custeio com deslocamento, bem como todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da CONTRATADA.

2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos conforme item 5.6 do Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.6. GARANTIA MÍNIMA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

2.6.1. A CONTRATADA deverá assegurar a plena operacionalidade dos veículos disponibilizados durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias.

2.6.2. Sempre que forem identificados defeitos, falhas mecânicas ou qualquer situação que comprometa a segurança ou a utilização regular do veículo, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção do problema ou a substituição do veículo, observados os prazos estabelecidos no Termo de Referência e Contrato.

2.6.3. A CONTRATADA será responsável pelo transporte de ida e volta dos veículos submetidos a reparos, revisões ou qualquer outro tipo de manutenção, tendo como referência a sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

2.7. GARANTIA CONTRATUAL

2.7.1. Como garantia do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

2.7.2. A garantia poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, à escolha da CONTRATADA:



- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- II – seguro-garantia; cuja apólice deverá ter prazo de validade correspondente à vigência do contrato, observado o prazo mínimo de 01 (um) mês além do término da vigência contratual, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021, ou;
- III – fiança bancária emitida por instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.7.3. A garantia deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, devendo ser renovada ou atualizada nas hipóteses de prorrogação contratual, alteração do valor do contrato ou qualquer outra situação que implique modificação do valor garantido, de forma a manter o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

2.7.4. A garantia prestada responderá pelo pagamento de multas decorrentes de infrações contratuais, bem como por eventuais prejuízos causados diretamente à Administração em razão do inadimplemento contratual, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que excedam o valor garantido.

2.7.5. Caso a garantia seja utilizada, total ou parcialmente, para pagamento de multas ou indenizações, a CONTRATADA deverá recompor o valor da garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da Administração.

2.7.6. A garantia será liberada ou restituída após o encerramento da execução contratual e a verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá ainda:

3.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste contrato.

3.1.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

3.2. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado.

3.3. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Fiscalizar a execução dos serviços, registrando eventuais ocorrências e notificando a CONTRATADA acerca de falhas ou irregularidades verificadas.

3.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e Contrato.

3.6. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato.

3.7. Responsabilizar-se pelo abastecimento dos veículos.

3.8. Efetuar o ressarcimento das multas decorrentes de infrações de trânsito praticadas pelos condutores autorizados durante a utilização dos veículos, desde que previamente quitadas pela CONTRATADA, comprovada a responsabilidade do condutor e atendidos os requisitos e procedimentos estabelecidos nos itens 5.9.26 a 5.9.30 do Termo de Referência, e 4.27 e 4.31 deste instrumento contratual.

3.9. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas no Termo de Referência, no Contrato e na legislação vigente.

3.10 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos, subcontratados ou subordinados, ressalvadas as hipóteses legais de responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Além de cumprir as obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ainda:

4.1.1. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução contratual e de todos os tributos e frete incidentes sobre o objeto deste contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

4.1.2. Arcar com todas as despesas de fretes caso o recebimento do objeto seja rejeitado devido a inconformidade com as condições estabelecidas neste contrato.

4.1.3. Manter, durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

4.1.4. Manter preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

4.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto contratual em estrita conformidade com as condições, especificações técnicas, prazos e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual, responsabilizando-se pela adequada prestação dos serviços durante toda a vigência do contrato, assegurando continuidade, eficiência, segurança e qualidade na execução.



4.3. É vedada à CONTRATADA a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, devendo a execução ocorrer exclusivamente por sua responsabilidade direta, conforme estabelecido no Termo de Referência e no Contrato.

4.4. Compete à CONTRATADA disponibilizar os veículos nas quantidades, características e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, garantindo que permaneçam, durante toda a execução contratual, em perfeitas condições de funcionamento, conservação, limpeza, segurança e trafegabilidade, observadas as exigências da legislação de trânsito vigente, devendo ser entregues devidamente licenciados, emplacados e com toda a documentação regularizada.

4.5. A CONTRATADA deverá assegurar que os veículos utilizados na execução contratual estejam sob sua disponibilidade jurídica e operacional, responsabilizando-se integralmente por sua utilização, gestão e substituição, garantindo plena capacidade de atendimento às demandas da Administração.

4.6. A CONTRATADA deverá manter atualizada a relação dos veículos disponibilizados para execução do contrato, contendo, no mínimo, modelo, ano de fabricação/modelo, placa e número do RENAVAM, devendo atualizar tais informações sempre que houver substituição de veículos.

4.7. A CONTRATADA deverá manter estrutura operacional adequada para atendimento em todo o Estado de Goiás, inclusive no interior, de modo a viabilizar a execução tempestiva de manutenções, substituições, assistência técnica, remoção de veículos e demais serviços necessários, não sendo admitida qualquer limitação territorial que comprometa a execução contratual.

4.8. A CONTRATADA deverá manter frota reserva suficiente e compatível com o objeto contratado, de forma a assegurar a substituição imediata de veículos indisponíveis, garantindo a continuidade da prestação dos serviços independentemente da causa da indisponibilidade, seja por manutenção, avaria, sinistro, revisão, pane ou qualquer outra ocorrência.

4.9. A CONTRATADA será responsável pela realização, às suas expensas, de todas as manutenções preventivas e corretivas dos veículos, observando as condições, procedimentos e prazos estabelecidos no item 5.6 do Termo de Referência.

4.10. Para fins de padronização e controle, consideram-se incluídas nas manutenções preventivas e corretivas, dentre outras necessárias, as atividades de troca de óleo do motor e câmbio, substituição de filtros de ar, óleo e combustível, manutenção e substituição de sistemas de freio, verificação e manutenção de suspensão, amortecedores, correias, sistemas elétricos e eletrônicos, bem como quaisquer intervenções necessárias à garantia da segurança, confiabilidade e desempenho dos veículos.

4.11. Compete à CONTRATADA realizar a adequada gestão dos pneus, abrangendo rodízio, balanceamento e alinhamento periódicos, bem como promover sua substituição sempre que apresentarem desgaste que comprometa a segurança. Os pneus deverão ser obrigatoriamente substituídos quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem atingir ou for inferior a 3

mm, ou quando apresentarem danos, deformações, perfurações, desgaste irregular ou qualquer outra condição que comprometa a segurança do veículo, em observância às normas técnicas aplicáveis. Incluem-se, ainda, dentre essas responsabilidades, os serviços de borracharia, alinhamento e balanceamento necessários à manutenção da segurança e do adequado desempenho dos veículos.

4.12. Após a realização de manutenções preventivas ou corretivas, a CONTRATADA deverá entregar o veículo devidamente limpo, em condições adequadas de uso e apresentação.

4.13. Sempre que houver indisponibilidade de veículo, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição observando obrigatoriamente os prazos operacionais estabelecidos no item 5.6 do Termo de Referência, especialmente quanto à substituição de veículos no prazo máximo de 2 (duas) horas na capital e região metropolitana e de 6 (seis) horas no interior do Estado.

4.14. A CONTRATADA não fará jus ao faturamento dos períodos em que houver indisponibilidade de veículos sem a devida substituição nos prazos estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.15. Nas substituições de veículos, a CONTRATADA deverá realizar procedimento de verificação das condições dos veículos (check list veicular), contemplando o veículo substituído e o substituto, devendo o respectivo relatório ser disponibilizado à fiscalização do contrato.

4.16. A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, o reboque dos veículos sempre que necessário, em todo o território nacional, bem como assegurar assistência técnica e operacional em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, abrangendo situações de pane, falha mecânica, elétrica, acidentes ou quaisquer outras que impeçam a utilização do veículo.

4.17. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou inconformidades, bem como atender prontamente às determinações da Administração, promovendo a imediata regularização de quaisquer falhas identificadas, observando os prazos operacionais estabelecidos no item 5.6 do Termo de Referência, inclusive quanto aos atendimentos emergenciais e substituição de veículos.

4.18. A CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la perante o Tribunal de Contas do Estado de Goiás durante toda a execução contratual, o qual deverá ser sediado em Goiânia/GO e possuir disponibilidade integral (24 horas por dia, 7 dias por semana). Compete ao preposto acompanhar a execução dos serviços, receber comunicações da Administração e adotar, com presteza, todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive em situações de pane, sinistro, indisponibilidade ou necessidade de substituição de veículos.

4.19. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao gestor ou fiscal do contrato qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto ou a continuidade da prestação dos

serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas no âmbito da execução contratual.

4.20. A CONTRATADA deverá permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeções nos veículos pela Administração, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança, limpeza e regularidade documental, devendo disponibilizar todos os documentos e informações necessários ao acompanhamento e fiscalização contratual.

4.21. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, responsabilizando-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo empregatício com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

4.22. A CONTRATADA deverá observar a vedação de contratação de servidores pertencentes ao quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Goiás durante a vigência do contrato.

4.23. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual, por ação ou omissão, dolo ou culpa, respondendo integralmente pelos prejuízos causados.

4.24. Compete à CONTRATADA assumir integralmente todos os custos relacionados à execução do contrato, incluindo, mas não se limitando, à manutenção, fornecimento de peças, pneus, tributos, taxas, licenciamentos, seguros, franquias, assistência técnica, remoção de veículos e quaisquer outros custos operacionais, não sendo devido à Administração qualquer ônus adicional.

4.25. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre quaisquer informações, dados ou documentos institucionais a que tiver acesso em razão da execução do contrato, sendo vedada sua divulgação ou utilização para finalidade diversa da execução contratual.

4.26. A CONTRATADA deverá aceitar os acréscimos ou supressões do objeto contratual que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

4.27. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados, podendo solicitar o ressarcimento junto ao TCE-GO, quando não quitadas diretamente pelo condutor responsável, desde que observados os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato.

4.28. Para fins de ressarcimento, a CONTRATADA deverá apresentar, de forma cumulativa, o comprovante de pagamento da infração, a documentação que comprove a utilização do veículo pelo Tribunal na data e horário da ocorrência e relatório contendo os dados da infração, incluindo número do auto, placa do veículo e valor.

4.29. Antes de efetuar o pagamento das multas, a CONTRATADA deverá aguardar a conclusão dos processos administrativos de defesa e recursos previstos na legislação de trânsito, quando cabíveis.

4.30. A CONTRATADA deverá encaminhar ao TCE-GO, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, as notificações de autuação recebidas, de modo a assegurar o exercício do contraditório e da ampla defesa.

4.31. Na hipótese de descumprimento do prazo de comunicação, a CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento das multas, taxas e demais despesas decorrentes da infração, inclusive remoção e estadia de veículos, não sendo devido qualquer ressarcimento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXX)**, de acordo com os valores especificados na proposta de preços.

5.1.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da efetiva prestação dos serviços.

5.2. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário **2026.0201.01.032.4200.4215.03.25000100.90.0000** e serão enquadradas na Natureza de Despesa **3.3.90.33.04 – Locação de Meios de Transporte para Deslocamento de Pessoal em Serviço Técnico-Administrativo**.

5.3. Eventuais despesas a serem realizadas no exercício subsequente serão alocadas na dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela CONTRATANTE na respectiva Lei Orçamentária Anual.

5.4. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir da data da elaboração do orçamento estimativo, no dia **08/05/2026**, adotando-se como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

5.4.1. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

5.4.2. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

5.4.3. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

6.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando a efetiva disponibilização dos veículos à Administração durante o período de referência.

A CONTRATANTE efetuará o pagamento em parcela única e total em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento dos produtos e/ou serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada e atestada pelo gestor do contrato ou servidor por este designado.

6.2. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

6.3. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na nota fiscal.

6.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa será devolvida à CONTRATADA pelo Gestor do contrato e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o CONTRATANTE.

6.6. Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS, INSS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE".

6.7. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

6.8. A gestão e a fiscalização do contrato competirão aos servidores designados no inciso II do art. 13 da Portaria nº 729/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sendo Suellen Carina Lopes de Queiroz (Gerente de Administração), como gestora e Márcio Vieira da Silva (Chefe do Serviço de Logística) como fiscal.

6.9. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

6.10. A comunicação entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a CONTRATADA deverá ocorrer preferencialmente por meio formal, admitindo-se a utilização de correio eletrônico institucional ou outro meio eletrônico que assegure o registro e a comprovação do recebimento, devendo tais comunicações ser juntadas ao processo administrativo da contratação.

6.11. Compete ao Gestor do Contrato:

I – acompanhar a execução global do contrato, zelando pelo cumprimento das cláusulas pactuadas;

II – coordenar a atuação do fiscal do contrato;

III – adotar as providências necessárias à formalização de termos aditivos, apostilamentos, prorrogações ou rescisões, quando cabíveis;

IV – decidir, no âmbito de sua competência, as questões administrativas decorrentes da execução contratual;

V – comunicar à autoridade competente ocorrências que extrapolem sua esfera de atuação;

VI – promover o registro formal das ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato.

6.12. Compete ao Fiscal do Contrato:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando a conformidade dos serviços prestados com o Termo de Referência e com o Contrato;

II - atestar mensalmente a regular prestação do serviço, para fins de medição e pagamento;

III - registrar, de forma sistemática, as ocorrências verificadas durante a execução contratual;

IV - solicitar à CONTRATADA a adoção de providências corretivas sempre que constatadas falhas ou irregularidades;

V - comunicar ao gestor do contrato eventuais descumprimentos contratuais;

VI - realizar o recebimento do objeto contratado, quando cabível, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

VII - propor, quando for o caso, a aplicação de sanções administrativas à CONTRATADA, observadas as formalidades legais.

6.13. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor e do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao Secretário de Administração do TCE-GO, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6.14. Além do acompanhamento e da fiscalização da entrega do objeto, o fiscal poderá, ainda, recusar o recebimento em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato (art. 120 da Lei nº 14.133/2021).

6.16. A fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato, bem como recusar o recebimento do objeto executado em desacordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato.

6.17. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para o TCE-GO.

6.18. Sempre que necessário, a Administração poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que demandem atuação imediata ou esclarecimentos técnicos relacionados à execução do contrato.

6.19. À fiscalização caberá ainda:

6.19.1. Assegurar-se da boa qualidade dos veículos recebidos, verificando sempre a conformidade dos mesmos com as especificações técnicas contratadas, conforme edital e Termo de Referência;

6.19.2. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quando da necessidade de aplicação de sanções, alterações e reajuste do Contrato.

6.20. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás caberá:

6.20.1. Apresentar à CONTRATADA as observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da Fiscalização;

6.20.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos veículos e materiais, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

6.21. À CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos bens considerados inadequados pelo Fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos veículos (formalizada em termo de entrega e recebimento) e início da efetiva prestação dos serviços, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A formalização ou a prorrogação do prazo de vigência fica condicionada à prévia verificação da regularidade fiscal do contratado, mediante consulta ao Ceis (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e ao Cnep (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), e emissão das certidões negativas de inidoneidade, impedimento e débitos trabalhistas, que deverão ser juntadas aos autos, conforme o § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Os licitantes e contratados serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) O caráter educativo da pena;
- f) O princípio da proporcionalidade;

g) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.5. A sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.1 deste contrato.

8.5.1. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

8.5.2. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “b”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

8.5.3. Será aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;

8.6. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de serviço não realizado em razão de atraso injustificado, nos seguintes percentuais:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.11. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.12. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.13. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

8.14. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

8.15. As sanções previstas nesta Cláusula são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Resolução Administrativa nº 12/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito desta Corte de Contas.

8.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001.

8.17. Durante a vigência do contrato, é vedado à CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

9.3. A extinção do contrato poderá ocorrer por uma das formas do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Este contrato pode ser alterado segundo regime previsto nos artigos 124 a 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, naquilo que for cabível ao presente contrato, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.2. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes da prorrogação, se for o caso.

10.2.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da apresentação do requerimento, para decidir sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

10.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

10.4. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir da data da elaboração do orçamento estimativo, no dia **08/05/2026**, adotando-se como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

10.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

d) Empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1. A publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, será providenciada em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual, no foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e obrigando-se ao integral cumprimento das disposições do Código de Ética e da Política de Integridade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no que lhe for aplicável.

13.2. Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo descumprimento de qualquer das suas obrigações, estará sujeita às sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação aplicável, cuja individualização será definida pela gravidade do ato praticado, podendo haver cumulação de sanções ou cumulação de sanções com penalidades.

13.3. Se ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, a CONTRATANTE poderá declarar inelegível a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a atuar no presente Contrato em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14.2. Fica a CONTRATADA, ciente de que o tratamento, pela CONTRATANTE, dos dados pessoais fornecidos para instruir o processo de contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, incisos II e V, e no art. 23, da Lei nº 13.709/2018.

14.3. A CONTRATADA deverá observar, na condução de suas atividades, as diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da Informação do TCE-GO, devendo manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, modelos ou outros materiais de propriedade do TCE-GO ou de terceiros, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelar estes, sob qualquer justificativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2. Ao longo da execução do contrato, a CONTRATADA é obrigada a cumprir eventuais exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15.3. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem justas e contratadas, assinam este instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Gabinete da Presidência do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, aos XXX dias do mês de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Conselheiro Helder Valin Barbosa
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
CONTRATANTE

Nome do Representante
NOME DA EMPRESA
CONTRATADA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047007783

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	<ul style="list-style-type: none">Tipo: SUV (Sport Utility Vehicle);Capacidade: 05 (cinco) ocupantes;Condição: veículos novos (zero quilômetro);Ano/modelo: o mais recente disponível no mercado na data da entrega.	un	5	R\$	R\$
2	<ul style="list-style-type: none">Tipo: veículo sedan executivo;capacidade para 05 (cinco) ocupantes;veículos novos (zero quilômetro);ano/modelo correspondente à versão mais recente disponível no mercado na data da entrega.	un	4	R\$	R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$
--------------------------------	------------

PLANILHA COM CUSTOS UNITÁRIOS

NOTA: As licitantes devem apresentar planilha orçamentária com data base referente à data de abertura das propostas.

O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato/prestar os serviços, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Tel./Fax: _____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Goiânia, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data, **inexiste** fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, nos termos do inciso I, art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei de Federal de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em conformidade com Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e previsão contida 8.no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que **não possui** em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE NÃO
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO QUE EXTRAPOLEM O LIMITE
DE ENQUADRAMENTO**

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo, **e que no ano-calendário corrente desta licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO X

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO XI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (A ser Assinada pela
Adjudicatária na Formalização Contratual)**

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 17/2026, instaurado pelo Processo nº 202600047001183, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para contratação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes nos Anexos da Instrução Normativa do IBAMA atualizada, que verse sobre tais matérias, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Goiânia, ____ de _____ de 2026.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INTEGRAL, ENGLOBADOS OS DIREITOS TRABALHISTAS

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E APRENDIZ

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que cumpre exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, mantendo esta condição durante toda a execução do contrato, tendo ciência que o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001183

ANEXO XIV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.
13.709/2018**

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE//DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, e quando for o caso da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e CAT (Certidão de Acervo Técnico).

5. (Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A LICITANTE//DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o CONTRATANTE, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.